



Segurança urbana e desigualdade social

Leia nesta edição

Editorial **pg. 2**

Tema de capa

Jorge Zaverucha: O caos do sistema prisional **pg. 4**

Alba Zaluar: Os desafios da pesquisa sobre criminalidade **pg. 8**

Vera Malaguti Batista: A criminalização da pobreza **pg. 10**

Luiz Eduardo Soares: Treinados para matar: limites da polícia brasileira **pg. 15**

Antonio Carlos Carballo Blanco: "A sociedade assume uma postura cínica de cumplicidade" **pg. 19**

Antanas Mockus: A cultura cidadã e a diminuição da violência em Bogotá **pg. 23**

João Trajano: O crime organizado está fora das favelas **pg. 25**

Brasil em Foco

José Carlos Braga: O Brasil está regido por um "novo" padrão de desenvolvimento capitalista **pg. 31**

Ricardo Carneiro: Brasil não possui um modelo de desenvolvimento **pg. 38**

Destaques da semana

Teologia Pública:

Mulheres no cristianismo **pg. 42**

Juan José Tamayo: Maria de Magdala, Jesus e a primeira apóstola **pg. 43**

Juan José Tamayo: Isto não é ficção: Maria Madalena foi uma pioneira **pg. 44**

Elisabeth Moltmann-Wendel: A Maria Madalena bíblica **pg. 47**

Deu nos jornais:
pg. 51

Frases da Semana:
pg. 53

Destaques on-line:
pg. 54

IHU em revista

Eventos
pg. 57

IHU Repórter
pg. 66

Editorial

A realização do Seminário Latino-Americano de Segurança Urbana nesta semana, aqui em São Leopoldo, enseja o tema de capa da presente edição da *IHU On-Line*. Quando estávamos preparando o seminário, uma iniciativa da Prefeitura de São Leopoldo, sob a coordenação do secretário de Segurança Pública, Carlos Sant'Ana e sua equipe, em parceria com o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, estourou a tragédia social de São Paulo, que acompanhamos nas *Notícias Diárias*, publicadas na página web do IHU e que favoreceram a acuidade e a pertinência das entrevistas do cientista político Jorge Zaverucha, professor na UFPE, da antropóloga Alba Zaluar, professora da UERJ, da socióloga Vera Malaguti Batista, professora de Criminologia da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, do sociólogo Luiz Eduardo Soares, do tenente-coronel Antonio Carlos Carballo Blanco, professor do Curso de Extensão em Segurança Pública da UERJ e chefe da Seção de Apoio Administrativo do Comando de Policiamento da cidade do Rio de Janeiro, do ex-prefeito de Bogotá, Antanas Mockus Sivickas, candidato a presidente da República nas eleições de ontem, e do cientista político João Trajano de Lima Sento-Sé, pesquisador da UERJ.

Publicamos, também, duas entrevistas sobre a política econômica do governo Lula. Uma com o economista José Carlos Braga e outra com o economista Ricardo Carneiro, ambos professores no Instituto de Economia da Unicamp. Ricardo Carneiro caracteriza a atual política de *Stop and Go*, isto é, crescimento

econômico baixo e muito volátil. Outra é a caracterização feita por José Carlos Braga. Ele descreve o padrão de desenvolvimento **capitalista** implantado a partir de 1994, como não-furtadiano (de Celso Furtado). Para ele, trata-se de um padrão que é **neodependente-americano-associado**. Segundo o professor Braga, dentro desse padrão, a população fica a depender "eternamente" de programas como o bolsa-família. É um capitalismo do tipo Bolsa de Valores & Bolsa-Família .

Esperamos ter fôlego e capacidade para continuar a implementar este debate nas páginas das próximas edições desta revista e na página web do IHU. Ele é imprescindível para pensar alternativas econômicas capazes de incluir todas as pessoas, com dignidade e felicidade.

O papel crucial de Maria Madalena na história das origens do cristianismo, reatualizado pelo fenômeno Código Da Vinci, é refletida pelas teólogas Karen King e Elisabeth Moltmann-Wendel, americana e alemã, respectivamente, e pelo teólogo espanhol Juan José Tamayo.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana !

O caos do sistema prisional

Entrevista com Jorge Zaverucha

Em entrevista por e-mail à *IHU On-Line*, o cientista político Jorge Zaverucha falou sobre o agravamento da crise na segurança pública. Para Zaverucha ações promovidas pelo crime organizado, como as que aconteceram em São Paulo, no Paraná e em Minas Gerais transformam o medo em pânico, porque a população não vê o Estado como capaz de trabalhar em prol do bem comum. “O crime organizado não é só o PCC. Ele está alojado nas entranhas do aparelho de Estado brasileiro, pois é irmã gêmea da corrupção”.

Zaverucha é professor na Universidade Federal de Pernambuco e coordenador do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas (NIC) na mesma instituição. Mestre em Ciências Políticas pela Hebrew University Of Jerusalém, em Israel e doutor na mesma área pela University of Chicago, nos EUA onde defendeu a tese *Civil-Military Relations During the Process of Transition: Spain, Argentina and Brazil*, cursou o pós-doutorado em 1996, na University of Texas at Austin também em Ciências Políticas. Entre suas publicações, destacamos: *Rumor de Sabres* São Paulo: Ática, 1994; *Democracia e Instituições Políticas Brasileiras no Final do Século XX* Recife: Bagaço, 1998; *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os Militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, *Polícia Civil de Pernambuco: O Desafio da Reforma*. Recife: Ed. UFPE, 2003; *FHC, Forças Armadas e Polícia: Entre o Autoritarismo e a Democracia, 1999-2002*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

***IHU On-Line* - Uma pesquisa feita pela Datafolha no último dia 15 revela que 55% dos paulistanos acreditam que o Judiciário tem responsabilidade pelos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), que aconteceram em São Paulo entre 12 e 15 últimos. Do total de 553 entrevistados, 65% acreditam que o governo negociou com o PCC para que os ataques fossem suspensos. Terror e medo são as palavras mais citadas para lembrar o que houve. Que leitura o senhor faz destes dados?**

Jorge Zaverucha – A negociação foi amplamente divulgada pela imprensa¹.

¹ O *Notícias Diárias* do site do IHU dilviugou incessantemente notícias referentes aos

Portanto, não é surpresa que 65% dos entrevistados acreditem nisto. O governador de São Paulo, obviamente, não pode admitir publicamente que o Estado perdeu, temporariamente, o monopólio da violência. Seria aceitar que falta legitimidade ao Estado, e por tabela, ao seu representante-mor. É uma pena que nossas autoridades não tenham entendido a acachapante vitória do NÃO² no referendo. O Estado é incapaz de exercer sua atividade

acontecimentos em São Paulo e a segurança pública (nos dias 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 27 e 29 de maio) além de uma matéria sobre a vida de Marcola no dia 22 de maio. (Nota da *IHU On-Line*)

² A edição 158 da *IHU On-Line* foi sobre este tema. (Nota da *IHU On-Line*)

principal - garantir fisicamente a existência de seus súditos, e ainda quis desarmar a população. Note que os próprios policiais paulistas estão comprando mais munição para seus revólveres particulares. Nem eles mais confiam na capacidade do Estado em protegê-los. Havia uma ameaça real, mas é esta falta de legitimidade que transforma medo em pânico. É a percepção de que a solidariedade inter-grupal está se consumindo, pois a sociedade não vê mais o Estado como capaz de trabalhar em prol do bem comum. Como o Estado não passa confiança, a população tende a vê-lo como estorvo. O terrorismo se alastra mais rapidamente quanto maior for este esgarçamento. Consciente de sua debilidade, não restou ao Estado senão a alternativa de negociar o fim da insurgência. Algo parecido com a negociação que o exército fez nos morros do Rio de Janeiro. Somos o país do "faz-de-conta". Quanto ao Judiciário, uma explicação parcial seria decorrente do fato de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não ter considerado "falta grave" a posse de celular nos presídios. Talvez uma outra decisão pode ter contribuído para esta visão depreciativa: o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional alguns dispositivos da Lei dos Crimes Hediondos. Permitindo, deste modo, a concessão do regime da progressão para seqüestradores e homicidas. O que remete no fundo à questão da impunidade. Também pesa a sensação de impunidade existente no país. E a população associa este problema ao Judiciário.

IHU On-Line- Quais são os maiores problemas do sistema penitenciário e como resolvê-los?

Jorge Zaverucha - A criação da prisão partiu da idéia que ela poderia ter um papel duplo: isolar o indesejável, e, simultaneamente, prepará-lo para sua reinserção na sociedade. Hoje, nossas prisões, via de regras, são fábricas de

bandidos. Abarrotadas, do jeito que se encontram, não se poderia esperar outro resultado. Quanto mais a polícia prender, mais caótico ficará tal sistema. É o rabo balançando o cachorro. O sistema prisional em vez de se tornar solução do problema, virou parte do mesmo. A Lei no Brasil está deixando de ser um meio de negociação de conflitos para ser instrumento de controle social. Isso cria uma situação embaraçosa para o Estado, pois ele é o primeiro a violar a lei aos transgredir alguns itens da Lei de Execução Penal. Por exemplo, os presos são misturados independentemente de sua periculosidade. Sem falar na incapacidade do Estado em evitar que celulares entrem nos presídios. É inadmissível que o crime organizado não seja combatido em nosso país.

IHU On-Line - Existe influência militar na polícia brasileira? A maioria da população paulista queria que os militares entrassem em ação no episódio em São Paulo. Por que isso?

Jorge Zaverucha - O Brasil é a única "democracia" em que sua principal polícia (em números) está sob parcial controle do Exército. Recentemente, o Congresso aprovou uma lei, criando a figura do militar estadual, ou seja, não existe mais a categoria jurídica policial militar. Portanto, nossa elite política civil quer que a polícia tenha uma identidade mais militarizada. Esse é um legado autoritário. É a idéia de que a força vencerá o crime. Na verdade, estamos nos aproximando de uma situação tipicamente hobbesiana³. Ante

³ Vem de Thomas Hobbes. **Thomas Hobbes** (1588 - 1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford. Ele foi secretário de Sir Francis Bacon. (Nota da *IHU On-Line*)

o pânico, faz-se necessária a espada. Isso tem um custo político: a democracia não avança.

IHU On-Line - Há uma subordinação do Estado ao crime organizado? Se sim, quais os sinais dessa subordinação?

Jorge Zaverucha - Ainda não atingiu todo o Estado. Entretanto, se o processo de captura de agentes estatais não for estancado, o poder legal estatal poderá vir a ser apenas nominal. A desordem no Brasil, porém, não é oriunda das prisões, e sim, de Brasília. O crime organizado não é só o PCC. Ele está alojado nas entranhas do aparelho do Estado brasileiro, pois é irmã gêmea da corrupção. Há uma complacência oficial tanto com os bandidos de gabinetes como com os dos presídios. Existe grande contingente de agentes estatais dispostos a usar o Estado para enfraquecê-lo. Precisam trabalhar no aparelho estatal, pois isso serve como moeda de troca em relação aos que estão fora dele. O Estado está sendo capturado. Antes se dizia que era pela elite. Agora, é pelo crime organizado.

IHU On-Line- Em São Paulo, a polícia tem informações sobre onde, em que horários e em quais dias da semana ocorrem os crimes violentos? O que falta para que haja um combate mais efetivo à criminalidade?

Jorge Zaverucha - O número de homicídios baixou em São Paulo. O orçamento para segurança pública aumentou neste Estado. Portanto, há estrutura material. Contudo, falta inteligência policial. Falta articulação do sistema de Justiça Criminal. Como o PCC pode criar tentáculos tão poderosos, e o Estado acreditar que havia desarticulado tal organização? Como explicar tamanho erro de diagnóstico? Se a polícia sabe que o PPC possui redes de cooperação fora dos presídios, por que esta logística não foi desbaratada? Onde estão as fontes

de financiamento do PCC? Como seus membros são recrutados? Quais são suas vulnerabilidades? Como explicar tamanha inércia policial?

Como se viu, não basta prender e entregar à Justiça. Os presidiários e suas conexões precisam ser investigados. Fazer apenas escuta de celular, é muito pouco. A “segunda-feira negra” é o primeiro caso de derrota do Estado, por um grupo que é prisioneiro do próprio Estado. Já vi grupos clandestinos de fora afrontarem o Estado. Mas um líder de dentro de uma penitenciária paralisar a mais importante cidade brasileira... Vamos ver como os policiais, as maiores vítimas desta tragédia, reagirão. Continuarão aceitar a ser bucha de canhão? Será que perceberão serem vítimas deste modelo policial falido? Se a pressão não vier das bases das polícias, dificilmente teremos mudanças significativas.

IHU On-Line - O combate à criminalidade passa por reformas políticas? Quais são as mais urgentes?

Jorge Zaverucha - Há um problema de sobredeterminação (*overdetermination*) na explicação da criminalidade. E as variáveis explicativas se influenciam mutuamente e por isso estão “contaminadas”. É preciso humildade para reconhecer isso. Não é da noite para o dia que se resolve problema tão complexo. Questões sociais à parte, começemos a nos perguntar por que nenhum país adota nosso sistema policial. Somos o único país a termos duas polícias fazendo o ciclo parcial de polícia. Este sistema não funciona, pois gera rivalidade entre elas. Uma reforma política poderia começar por criar polícia, fazendo ciclo completo em determinada área geográfica. É assim que funcionam no mundo. Qualquer reforma que não comece por isto, para mim não é séria. Não se começa a construção de uma casa pelo telhado...

***IHU On-Line* - O senhor estudou as relações civis e militares durante o processo de transição na Espanha, na Argentina e no Brasil. Quais foram suas principais conclusões? Esse estudo pode auxiliar, de alguma forma, a compreender a problemática atual de violência-segurança?**

Jorge Zaverucha - Na Espanha, houve uma separação completa entre polícia e Forças Armadas. A polícia tem a competência para estabelecer a ordem interna. As Forças Armadas, a ordem externa. Por aqui, nota-se o contrário. O Exército já criou os batalhões de Garantia da Lei e da Ordem para ações de policiamento urbano. O fato é que a União não confia mais nas polícias, e adentra as Forças Armadas para substituí-las em momentos de crise. Uma das justificativas do governo federal para o envio de tropas para o Haiti, é que elas estariam treinando para uso posterior em nossas metrópoles. Vide o ocorrido com a Operação Asfixia nos morros do Rio de Janeiro. Para recapturar alguns fuzis roubados, foram utilizados veículos blindados e até mesmo um tanque de guerra... O morro é visto como “território” inimigo. Há um linguajar semelhante ao de Carlos Lacerda⁴ ao

⁴ **Carlos Frederico Werneck de Lacerda** (1914-1977): jornalista carioca. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*, publicados numa seção dirigida por Cecília Meireles. Em inícios de 1934, acadêmico de Direito, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Durante um tempo foi comunista, passando para a extrema-direita, nos anos 1940. Apoiou o golpe de 1964 e foi cassado pelos militares. Editava o jornal *Tribuna da Imprensa*. Foi o principal inimigo de Getúlio Vargas. Para Lacerda, Vargas era excessivamente tolerante para com os comunistas, e seu governo era minado pela corrupção endêmica e pelo favorecimento dos seus aliados. Em 1955, publicou uma série de reportagens denominada *A Batalha do Rio*, que puxou a favela para a mídia e colocou-a no centro do conflito ideológico, o qual não desaparecera com a simples prescrição jurídica do Partido

denominar a batalha contra as favelas como sendo “a batalha do Rio”.

***IHU On-Line* - Quais são as principais fragilidades do Ministério de Defesa brasileiro?**

Jorge Zaverucha - O Ministério da Defesa não foi criado para estabelecer um controle civil sobre os militares. Fernando Henrique Cardoso almejava uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Idem para Lula. Se o Brasil queria colocar ordem no mundo, era preciso dar o exemplo em casa. E imitar os países democráticos que possuem tal ministério. Em troca de projeção internacional, os militares aceitaram um ministro da Defesa desde que ele fosse uma espécie de rainha da Inglaterra. O único ministro que não entendeu as regras do jogo foi José Viegas⁵. E por isso mesmo foi defenestrado ao trombar politicamente com o comandante do Exército. Veja que as Forças Armadas, por conta da decisão de Evo Morales, desconsideraram a Amazônia como prioridade na política de defesa, e transferiram tropas para a fronteira boliviana. Fizeram isso autonomamente, sem consultar o ministro da Defesa.

Comunista, que foi posto na ilegalidade. (Nota da *IHU On-Line*)

⁵ **José Viegas Filho (1942)**: diplomata e ministro da Defesa no Governo Lula. Em 22 de outubro de 2004, pediu demissão devido a uma crise no Ministério, gerada por uma nota divulgada pelo Exército sem a sua autorização. (Nota da *IHU On-Line*)

Os desafios da pesquisa sobre criminalidade

Entrevista com Alba Zaluar

Alba Zaluar é professora titular do curso de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia Social pela UFRJ, é doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo com a tese *A Máquina e a Revolta: As organizações vicinais e o significado da pobreza*. Publicou



vários livros, entre os quais destacamos *Cidadãos Não Vão ao Paraíso: juventude e política social*. São Paulo: Escuta, 1994, *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, *Drogas e Cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1994, *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004 e *Desarmamento, segurança pública e cultura da paz*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2005. A entrevista a seguir, concedida por e-mail à *IHU On-Line*, foi publicada nas *Notícias Diárias* de 19/05/2006.

IHU On-Line - A senhora comentou que o ataque do PCC (Primeiro Comando da Capital) revela uma faceta até então oculta do crime organizado em São Paulo e que tem uma retórica política por trás. Como descreveria essa organização? Que tipo de retórica política seria essa?

Alba Zaluar - Os comandos, tanto os do Rio de Janeiro quanto os de São Paulo são organizações surgidas dentro da prisão, inicialmente para defender os direitos e condições de vida dos prisioneiros. Transformaram-se em comandos para as atividades do tráfico fora da prisão, mas comandados pelos seus chefes no interior dos muros da prisão por conta das facilidades de entrada e saída de pessoas e objetos na prisão. O ocultamento da presença e força do PCC deveu-se à escolha da clandestinidade e a dificuldade que tem

a elite paulista de falar e admitir as dificuldades e problemas que o estado enfrenta e que são devidos à administração do estado.

IHU On-Line - Como a senhora avalia o tratamento dado ao tema na última semana na opinião pública em geral e nas declarações dos representantes das diversas instâncias relacionadas ao ataque em particular?

Alba Zaluar - O tratamento foi o esperado. Todos os jornais, revistas, programas de rádio abriram muito espaço para discutir as questões relativas aos vários ataques nas cidades paulistas e às 62 rebeliões dentro dos presídios deste estado. A perplexidade tomou conta principalmente dos governantes que tentaram, apesar das imagens impressionantes divulgadas pelos jornais

e TVs, negar a gravidade deles para a segurança pública. As declarações de que estava tudo sob controle e que a polícia paulista era capaz de dar conta da situação era e continua sendo desmentida pelas notícias. A negação de que houve uma negociação e acordo para acabar com as rebeliões só fez aumentar as suspeitas de que o governo escondia informações, o que impediu uma mobilização e cooperação da população de São Paulo.

IHU On-Line - Quais são as relações que suas pesquisas constataram entre tráfico de drogas e financiamento político-eleitoral?

Alba Zaluar - As informações são esparsas, mas indicam que há financiamento a alguns políticos que se comprometem a apoiar os interesses dos negociantes da droga ilegal. Outros apenas negociam a sua entrada nas favelas controladas pelas quadrilhas de traficantes para fazer campanha. O que é negociado exatamente não vem à tona. Isso também é muito prejudicial ao fortalecimento do jogo democrático no país.

IHU On-Line - Quais são as principais limitações das pesquisas sobre criminalidade na atualidade?

Alba Zaluar - As fontes de dados oficiais têm apresentado muitos problemas quanto à sua confiabilidade. Como a segurança pública tornou-se uma questão política fundamental, governos manipulam os dados assim como delegados e chefes de batalhão que querem mostrar serviço. Mesmo assim, é possível comparar se tivermos o cuidado de fazer isso olhando as tendências e não fazendo listas, como muitos pesquisadores fazem, de quais são as cidades e os estados mais violentos do País. Precisamos entender melhor a dinâmica das redes do crime-negócio no

Braisl, mas a capacidade de pesquisadores conquistarem a confiança dos que nelas participam é limitada e perigosa. Um maior trabalho de investigação de uma polícia que valorize sobretudo a inteligência seria muito importante para estimular novas pesquisas na área.

IHU On-Line - Na última semana, criou-se uma situação de pânico que leva à grande pergunta: como combater a criminalidade, quando ela chega ao ponto que estamos enfrentando?

Alba Zaluar - Por incrível que pareça, as soluções já existem. Muitas propostas, vários projetos já foram apresentados, mas sempre com aplicação localizada. O que se precisa é de uma coordenação do governo federal para que as polícias de cada estado troquem informações e estratégias. Na prevenção da violência, a execução de projetos bem sucedidos em alguns estados para outros, o que os transformaria em políticas nacionais.

IHU On-Line - O que possibilita que, em São Paulo, o crime esteja mais organizado que em outros estados?

Alba Zaluar - É o fato de que a organização surgiu dentro da prisão e seus chefes estavam todos presos e comunicando-se entre si. Não é que o crime seja mais organizado, é mais centralizado. No Rio de Janeiro, são quatro organizações cujos centros de poder estão nas favelas, mas mantém comunicação com os líderes presos.

IHU On-Line - Em que áreas está mais concentrado o crime organizado no Brasil?

Alba Zaluar - Impossível dizer pelas falhas na investigação policial.

A criminalização da pobreza

Entrevista com Vera Malaguti Batista

Para a socióloga Vera Malaguti Batista, professora de Criminologia da Universidade Cândido Mendes, há um equívoco em relacionar a “questão criminal com a pobreza.” Em sua opinião, essa proposição se coloca de uma maneira “quase ofensiva à pobreza. É como se a pobreza produzisse a criminalidade. Quem trabalha na perspectiva da criminologia crítica costuma dizer que a pobreza é criminalizada.” As opiniões foram dadas por telefone, em entrevista à *IHU On-Line*.

Batista é graduada em Ciências Políticas e Sociais pela PUC-Rio e em Sociologia com Menção em Metodologia pela Universidade Nacional Autônoma de Heredia, na Costa Rica. Cursou mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com a dissertação *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*, publicada pelo Instituto Carioca de Criminologia (ICC) em 1998. Doutorou-se pela UERJ com a tese *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*, publicada pela editora Revan, do Rio de Janeiro, em 2003. Atualmente Batista é membro do conselho superior do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito (ILANUD) e do ICC.

IHU On-Line - Em entrevista concedida ao sítio *A nova democracia* a senhora diz que “não é que a pobreza produza criminalidade; a pobreza é criminalizada”. O que exatamente isso significa?

Vera Malaguti Batista - Às vezes, há uma falsa posição que relaciona a questão criminal com a miséria e a pobreza. Os mais conservadores fazem essa associação, e isso fica equacionado de uma forma quase ofensiva à pobreza. É como se a pobreza produzisse a criminalidade. Quem trabalha na perspectiva da criminologia crítica costuma dizer que a pobreza é criminalizada. Abordo isso na minha dissertação de mestrado que foi publicada com o título *Difíceis Ganhos Fáceis: droga e juventude pobre no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan,

2003. A pesquisa foi feita por meio da análise histórica dos processos em que adolescentes são presos por problemas relacionados às drogas e mostrou a diferença com que o sistema tratava os meninos dependendo da origem social, étnica e do local de moradia. Uma das conclusões a que cheguei é que a diferenciação no tratamento não está relacionada à droga em si, mas aos meninos. Essa seria uma estratégia de controle dessa juventude popular. A nossa política criminal de drogas é só mais uma parte de uma história de criminalizações. Capoeira, samba e *funk* no Rio de Janeiro são manifestações culturais criadas nas favelas sobre as quais é lançado um olhar preconceituoso e criminalizante.

IHU On-Line - A senhora disse que a rebelião nos presídios não é mais do

que um mito da “política de segurança conservadora que é promovida há dez anos”. Poderia explicar esse mito?

Vera Malaguti Batista - As rebeliões são decorrentes da catástrofe que nós estamos vivendo de políticas completamente equivocadas e absurdas. A tese com que trabalho – não só eu, mas autores internacionais como Zygmunt Bauman⁶ e Zaffaroni⁷ – é a de que faz parte do neoliberalismo uma maneira de pensar a questão criminal, ou seja, uma estratégia de criminalização da pobreza. Esse modelo vem principalmente dos EUA – aliás, eles têm uma política penitenciária elogiada pelo *Jornal Nacional* e pela Rede Globo todos os dias.

Um mix de Guantánamo e Carandiru

Essa política penal produziu taxas de encarceramento enlouquecidas no mundo todo onde esse modelo impera. É uma maneira neoliberal de trabalhar as questões sociais criminalizando, aumentando as penas, apostando num modelo onde se superlota o sistema penitenciário e não se dá uma esperança de saída. As penas são cada vez mais longas, e os castigos, maiores. Eu digo que nosso sistema penitenciário é um mix, um misto de Guantánamo⁸ e

⁶ **Zygmunt Bauman:** sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor Líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição do *IHU On-Line*, de 30 de agosto de 2004. Publicamos um entrevista exclusiva com Bauman na revista *IHU On-Line* edição 181 de 22 de maio de 2006. (Nota da *IHU On-Line*)

⁷ **Eugênio Raul Zaffaroni:** ministro da Suprema Corte Argentina. Ainda, é professor titular e diretor do Departamento de Direito Penal e Criminologia na Universidade de Buenos Aires, doutor honoris causa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação Internacional de Direito Penal. (Nota da *IHU On-Line*)

⁸ **Guantánamo:** capital da província de Guantánamo, situada no sudeste de Cuba. Há 15km da cidade, foi implantada a base naval dos Estados Unidos da América de Guantánamo. É no interior desta base que se encontra a **prisão de Guantánamo**, medindo 117,6 km² e alugada pelo

Carandiru⁹. É o rigor penitenciário de Guantánamo com as condições infra-humanas do Carandiru. Essa é uma receita exclusiva, que, dentro do sistema, se comunica também com a exclusividade na periferia, que vem da desesperança tanto política como econômica e cultural. Li no jornal *Folha de São Paulo*, que, nos primeiros levantamentos, se verificou que a juventude da periferia paulista, apesar de não ter nenhuma relação com o PCC, apoiava as ações contra a polícia. Este é um panorama exclusivo. A resposta da polícia não vai melhorar esse problema, nós estamos numa rota suicida. Toda vez que a questão explode de forma dolorosa – com mais mortes de policiais porque tanto os policiais quanto as pessoas que trabalham dentro do sistema nunca tiveram condições tão ruins, eles também estão sendo brutalizados e morrendo – as questões de fundo não são discutidas pela grande imprensa, pelo contrário, parece que se faz questão de esconder essa explosão. O oportunismo eleitoral leva a apostar mais no veneno que não está matando.

governo norte-americano por 4 085 dólares por ano. Desde janeiro de 2002, estão encarcerados nesta base prisioneiros afegãos e iraquianos acusados de ligação com os grupos Taleban e Al-Qaeda, em uma área excluída do controle internacional, concernendo as condições de detenção de seus prisioneiros. Segundo a Cruz Vermelha internacional, esses prisioneiros seriam vítimas de tortura. (Nota da *IHU On-Line*)

⁹ **Carandiru:** nome popular da "Casa de Detenção de São Paulo", um complexo penitenciário que se localizava na zona norte da cidade de São Paulo, no bairro de mesmo nome. Foi fundado na década de 1920. Já chegou a abrigar mais de 7000 presos, sendo o maior presídio do Brasil e da América Latina. Um dos fatos mais conhecidos da história do presídio ocorreu em 1992, quando 111 detentos foram mortos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo durante uma rebelião. Esse fato teve grande repercussão nacional e internacional. Em 2002, iniciou-se o processo de desativação do Carandiru, com a transferência de presos para outras unidades. Hoje o presídio já se encontra totalmente desativado e o prédio foi implodido. (Nota da *IHU On-Line*)

IHU On-Line - Há dissonâncias entre a forma como é retratado o PCC, Primeiro Comando da Capital, como uma poderosa máfia de narcotráfico paulista e a realidade desse movimento?

Vera Malaguti Batista - Os norte-americanos trabalharam um conceito chamado “rotulacionismo”, o sistema penal cria rótulos. Outro conceito é o da “autoprofecia” realizável, quando se barbariza muito um grupo de pessoas eles acabam incorporando aqueles preconceitos e estereótipos que foram auferidos. Quando tratamos como monstros os que entraram no sistema por pequenos delitos, estamos potencializando suas falhas. Quando olhamos a história de vida dos “grandes traficantes” ou “inimigos” no Rio de Janeiro vemos que eram meninos comuns, que freqüentavam escola pública. A maneira de encarar esses problemas vai brutalizando as pessoas e a polícia. A polícia nunca foi tão vulnerável e desamparada, nunca morreram tantos policiais. Esse modelo não é bom nem para as forças policiais, nem para as comunidades pobres, nem para a população que está sendo criminalizada, nem para o cidadão médio, mas deve estar sendo bom para alguém. Nos EUA, a indústria do crime faz parte dos índices da economia, inclusive interferindo na Bolsa de Valores. Parte das penitenciárias é privada e há pessoas lucrando muito com isso. É um movimento auxiliar da concentração de renda e do capital financeiro.

IHU On-Line - Quais os principais problemas do sistema penitenciário brasileiro?

Vera Malaguti Batista - Faço uma comparação com os anos 1930 nos EUA. Houve o grande craque da Bolsa, a chamada grande depressão, que gerou uma enorme taxa de desemprego. O senso comum e a mídia da época, ou seja, o poder daquela época apostava numa fórmula que era aumentar os

impostos e diminuir os gastos públicos. Quanto mais se fazia isso pior ficava a situação econômica, a fome, o desemprego e a desesperança aumentavam. Quando Roosevelt¹⁰ assumiu a presidência, o partido comunista era forte nos EUA, e ele tinha uma aliança com a esquerda. Foi ele quem propôs o *New Deal*¹¹, ou seja, uma maneira exatamente ao contrário do que o senso comum dizia na época. Ele começou a gastar mais, fazer mais investimentos públicos e diminuir os impostos. Digo que temos de fazer o *New Deal* da questão criminal que é justamente o contrário de tudo isso que está sendo dito por aí. Zaffaroni, que é um grande jurista argentino, e hoje ministro da Corte Suprema Argentina diz que na América Latina 70% da população carcerária estão em prisão provisória, ou seja, são presos que não estão condenados. Há diferenças estatísticas de um país para outro.

Lierar os presídios

Temos que apostar em maneiras de tirar gente da prisão, de soltar pessoas. Prender menos, soltar gente que está presa, trabalhar e tratar melhor as pontes de comunicação da população carcerária com seus familiares e com o mundo de fora da prisão ao invés de apostar no corte das comunicações. Apostar em mais comunicação, tratamento mais digno, mais garantias, mais acesso à defesa. A Defensoria Pública de São Paulo foi criada há pouquíssimo tempo, a maioria desses presos não tem acesso à defesa, o que é

¹⁰ Franklin Delano Roosevelt: (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos (1933-1945), o único a ser eleito mais de duas vezes presidente. É considerada uma das figuras centrais da história do século XX. Foi um dos presidentes mais populares da história americana, tendo emergido a nação da grande depressão de 1930. (Nota da *IHU On-Line*)

¹¹ **New Deal**: nome dado às reformas executadas por Roosevelt nos EUA., a partir de 1933, que consagrava certa intervenção do Estado nos domínios econômico e social. (Nota da *IHU On-Line*)

direito deles. Também temos que inventar papéis mais bonitos, mais dignos para as nossas forças policiais que não seja o de ser o exterminador e o caçador de pobres e por último barrar, trabalhar em reformas legais na direção contrária de aumento de penas, na direção de mais garantia, menos penalização. Fiz a comparação com o *New Deal* só para mostrar que nós temos que apostar no contrário de tudo isso que o senso comum, os interesses da grande mídia e o oportunismo eleitoral estão propondo.

IHU On-Line - Por trás dos fatos de violência e mortes das últimas semanas haveria uma rebelião contra as condições em que vivem os presos?

Vera Malaguti Batista - O Brasil, 10 anos atrás, tinha cerca de 100 mil presos, hoje só em São Paulo são 140 mil presos. A cada mês entram 700 novos condenados no sistema penitenciário, é obvio que essa situação é "inadiministrável". Na rebelião de 2001, que aconteceu em São Paulo, a imprensa divulgou um retrato que mostrava que a maioria dos "líderes" do PCC tinha entrado no sistema por pequenos delitos. Então, foi o nosso sistema que produziu essas lideranças e essa organização que não existia. É uma organização decorrente da nossa política penal e penitenciária. Isso que está acontecendo é uma conseqüência de ações que envolvem essa aposta no modelo norte-americano penitenciário, de criminalização da pobreza, nos crimes hediondos. Parece-me que existe um "pacto" de não discutir o fundamental, de só aprofundar o veneno que está produzindo isso tudo. É uma rota suicida pelo que aconteceu e pela resposta que teve, nada indica que as coisas vão melhorar.

IHU On-Line - E sobre as relações feitas com o narcotráfico e o crime organizado?

Vera Malaguti Batista - Não trabalho com nenhuma dessas duas categorias. Narcotráfico eu considero uma expressão norte-americana introduzida no continente a partir dos anos 1980. No caso do Brasil, nós nem temos narcóticos. Com relação ao crime organizado, nós também questionamos. O Raul Zaffaroni, inclusive, tem um artigo na nossa revista chamado *Crime organizado, uma caracterização frustrada*. Qualquer coisa, dizemos que é crime organizado. São categorizações que não nos levam a nada, elas aumentam o terror e dificultam o entendimento. Lembro que houve uma rebelião há uns três ou quatro anos, num presídio chamado Urso Branco, no Acre. Os presos decapitaram uma pessoa e jogaram a cabeça. É a única forma que eles têm de aparecer se não ninguém discute sua situação. As condições são tão bárbaras dentro das prisões que, com tudo isso, que aconteceu não houve ninguém disposto a ir olhar e conversar com os presos, entender o que estava acontecendo. Além de suicida é uma linha muito burra que aposta só no autoritarismo e na repressão.

IHU On-Line - Considera que houve uma construção exagerada da imagem de Marcola como monstro ou algo assim?

Vera Malaguti Batista - Estamos tornando essas pessoas cada vez piores. Acho que o fato que aconteceu em São Paulo é gravíssimo, foi uma coisa extremamente assustadora. Brutalizarmos, porém, mais o que ocorreu, significa que, da próxima vez, pode ser pior ainda. Eu não quero diminuir o que aconteceu, estou querendo que a gente entenda melhor o que aconteceu para sairmos da linha burra. Qualquer um de nós que for jogado nesse sistema penitenciário como está sendo concebido sairá de lá pior. Ninguém sai bonito de lá, ninguém melhora.

IHU On-Line - Como podemos sair deste conflito?

Vera Malaguti Batista - Falei brevemente do que eu chamo de *New Deal* da questão criminal. Seria criminalizar menos, fazer uma reforma penal que garanta mais acesso a direitos com penas menos longas, é o contrário do senso comum. Arrumar uma maneira de viabilizar a defesa aos presos provisórios. Quem não tem que estar preso deve sair. Tratar melhor a população penitenciária e seus familiares. Pensar maneiras melhores de trabalhar as políticas de segurança pública que não seja pela violência e pela brutalização contra as comunidades da periferia, mais ou menos o contrário do que está sendo feito e discutido.

IHU On-Line - Há pessoas que relacionam, inclusive intelectuais o têm feito publicamente, a situação de violência com a necessidade de a

população portar armas, manifestada na vitória do “não” no plebiscito sobre desarmamento. O que a senhora pensa sobre isso?

Vera Malaguti Batista - O plebiscito foi muito mal formulado. Eu não acho que tenha a ver com o *não*, inclusive porque o *sim* apostava em mais criminalização. Esse foi um dos equívocos grandes do lado do *sim*. Enquanto do lado do “não” não havia só conservadores e a extrema direita, várias forças de esquerda também apoiavam essa postura. Nós na criminologia crítica achamos que a proibição e a criminalização da venda, ou seja, tirar legalidade seria um complicador a mais do problema, que é a mesma visão que temos sobre a nossa política criminal de drogas. Proibir, tornar ilegal, criminalizar aumenta o problema.

Treinados para matar: limites da polícia brasileira

Entrevista com Luiz Eduardo Soares



Entre janeiro e outubro de 2003, o sociólogo Luiz Eduardo Soares foi secretário nacional de Segurança Pública. Foi também subsecretário de Segurança Pública e coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania no governo de Anthony Garotinho, entre janeiro de 1999 e março de 2000. Foi professor da UERJ e da Universidade Cândido Mendes. É autor de onze livros, entre eles *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001 e *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. É

mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Doutorou-se em Ciência Política pelo IUPERJ com a tese, publicada em livro, *A invenção do sujeito universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido*. Campinas: Unicamp, 1995. É pós-doutor em Filosofia Política pelas Universidades de Virgínia e Pittsburgh. Foi fundador e primeiro coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Violência do Instituto de Estudos da Religião (ISER) em 1991, onde desenvolveu várias pesquisas até janeiro de 1995. A entrevista a seguir foi concedida à *IHU On-Line* por e-mail.

***IHU On-Line* - Qual é seu comentário sobre os ataques do PCC e as diversas reações na população e na mídia?**

Luiz Eduardo Soares - Nosso país não respeita a Lei de Execução Penal (LEP), promulgada em 1984. Nenhum estado da federação aplica com rigor suas determinações. São Paulo tem 144 mil presos. Aproximadamente 40% da população carcerária brasileira, que hoje passa de 350 mil. Foi o estado que mais encarcerou e onde, portanto, os problemas decorrentes do descumprimento da LEP são mais graves, porque projetam seus efeitos numa escala incomparável. O desrespeito à LEP produz as seguintes consequências: (a) os presos são

misturados, independentemente da gravidade de seus crimes; (b) as penitenciárias são muito grandes, dificultando a gestão, a vigilância e a separação necessária; (c) a superlotação ultrapassa todos os limites; (d) não há o acompanhamento da situação legal dos apenados, proporcionando-lhes a progressão prevista na sentença – a realidade de São Paulo nesse sentido é assustadora: dos presos daquele estado, 38 mil estão cumprindo pena além do tempo ditado pela sentença; (e) as condições de higiene são degradantes e dramaticamente insalubres; (f) trabalho e educação são raramente oferecidos; (g) a progressão de regime freqüentemente é uma fraude, porque não há controle rigoroso do preso, no

semi-aberto e no aberto, o que enseja fugas e/ou práticas de crimes, perpetuando o retorno do egresso ao sistema, pela reincidência; (h) o egresso não é apoiado para reinserir-se na comunidade; (i) os agentes penitenciários raramente contam com escolas de formação e uma carreira, o que reduziria a corrupção e aperfeiçoaria seu trabalho. Se, de um lado, os direitos dos presos não são respeitados, de outro lado, seus deveres não são impostos e tampouco são garantidos os limites que teriam de restringir suas ações criminosas no interior e no exterior das unidades penitenciárias. Assim, temos as condições que geram a indignação e a revolta, não havendo controle sobre os meios que transformam a justa indignação em injusta e inaceitável explosão de violência. Infelizmente, a população não compreendeu adequadamente, nem a mídia divulgou corretamente, as razões da explosão. Não ficou clara a responsabilidade original do Estado. Portanto, as cobranças e o medo conduziram a opinião pública para focos secundários, como os celulares, ou para demanda por ordem autoritária, com extensão de penas e outras medidas inteiramente ineficientes e contraproducentes. Isso acabou estimulando a conversão da necessária ação policial em *vendetta*, em execuções sumárias e chacinas, inaceitáveis, as quais tornaram o Estado parecido com os criminosos, porque também perpetrador de atos ilegais, arbitrários e de terror.

IHU On-Line - Com base em sua experiência, o que deve mudar no sistema penitenciário brasileiro? Por onde começar quando se pensa em segurança urbana?

Luiz Eduardo Soares - No sistema penitenciário, o País precisa aplicar a lei que tem, a LEP, ao invés de ficar inventando novas leis sempre que surge uma crise. Se a LEP tivesse sido aplicada para valer, não estaríamos

onde estamos, hoje, sobretudo em São Paulo. Quanto à segurança pública, seria preciso que o governo federal desengatasse o plano nacional de segurança pública do governo Lula, normatizasse o SUSP¹² e enviasse ao Congresso a emenda constitucional prevista no plano, que viabilizaria uma reforma profunda nas instituições da segurança pública, estaduais e federais, envolvendo, inclusive, os municípios.

Estado e bandidos ficam parecidos

IHU On-Line- Como caracterizaria Marcola? Acha que de fato houve negociações com ele?

Luiz Eduardo Soares- Claro que houve. Mas é uma hipocrisia reagir com espanto ante esta notícia, porque o Estado negocia todo o tempo com as facções criminosas, desde a entrada dos presos no sistema penitenciário, todo ele, hoje, organizado em torno das facções. Isso tudo é lamentável. Sobretudo quando se tem a combinação entre: (1) desrespeito às leis (à LEP, basicamente) por parte do Estado; (2) negociações com os criminosos; (3) *vendetta* policial também criminosa. Todos se encontram na ilegalidade e ficam parecidos, uns com os outros, o Estado e os bandidos. Precisamos valorizar a legalidade, respeitar a democracia e a cidadania, proteger a vida, os direitos e as liberdades, e cercar com rigor os atos violentos e de terror.

IHU On-Line- Neste momento, qual seria a solução mais imediata para combater a violência?

Luiz Eduardo Soares- Seria necessário, insisto, que o governo Lula implantasse seu plano, hoje guardado na gaveta, com raras exceções quanto a certos itens muito específicos. No rastro da

¹² SUSP : Sistema Único de Segurança Pública, tem como objetivo implantar uma polícia moderna, ágil e eficiente, única maneira de reprimir a onda de violência que assola, em maior ou menor grau, todas as regiões do País. (Nota da IHU On-Line)

iniciativa do governo federal, poder-se-ia cobrar dos governos estaduais a aplicação de programas estaduais conectados com o plano federal e a implementação do SUSP. Os pontos principais prometidos no plano nacional apresentado na campanha eram: (I) a criação do SUSP, o que envolvia uma normatização infraconstitucional (e, portanto, o envio ao Congresso de projeto de lei específico) e uma série de passos práticos (o que chamávamos avanços substantivos, viáveis nos marcos legais vigentes), os quais teriam de ser negociados com os governadores, alguns, e implementados diretamente, ao nível da União, outros. Esses passos cabíveis nos marcos legais em vigor eram os seguintes: (a) criação de 27 Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública; (b) não contingenciamento dos recursos do fundo nacional de segurança e do fundo penitenciário - e ampliação de ambos, no orçamento de 2004-; (c) negociação com cada governador para que cada Estado se comprometesse a dar passos na direção da geração progressiva das condições indispensáveis ao funcionamento de um sistema único (aos níveis da formação, informação, gestão, perícia, prevenção e controle externo, e reforma do sistema penitenciário, basicamente orientado para a aplicação da LEP, lei de execução penal) - é claro que (c) depende de (b); (d) atribuição à SENASP¹³ de status especial, vinculando-a diretamente à presidência (Lula, inclusive, prometeu fazê-lo na TV Globo, no último debate com Serra); (e) subordinação da PF e da PRF à SENASP, unificando-as, progressivamente - a começar por decisões práticas de integração, que não exijam mudanças legais, até chegar às alterações legais, ao fim do processo; (f) deslocamento da SENAD¹⁴ do gabinete

¹³ Secretaria Nacional de Segurança Pública.

¹⁴ Secretaria Nacional Antidrogas

de segurança institucional para o âmbito da SENASP; (g) campanha de desarmamento; (h) apoio direto da SENASP às ouvidorias, para fortalecê-las; (i) apoio a pesquisas universitárias sobre segurança e sua utilização na aplicação de medidas práticas, integrando universidade e instituições da segurança; (j) identificação de indicadores para avaliação e monitoramento das instituições da segurança e penitenciárias - os indicadores passariam a reger a distribuição de recursos. (I) Envio ao Congresso de projeto de lei - infraconstitucional -, normatizando o SUSP. (II) O envio ao Congresso de emenda constitucional, propondo a desconstitucionalização do modelo de polícia - não dos princípios gerais -, transferindo-se aos Estados o poder de definir, em suas respectivas Constituições estaduais, o modelo mais adequado à sua realidade, preservados os direitos trabalhistas dos policiais. O envio ao Congresso da PEC teria de ser antecedido pela construção de um consenso com os governadores. Reitero: só residualmente se cumpriram as promessas. A solução para o problema da segurança deveria começar com o cumprimento dessas promessas e pela aplicação, por municípios e estados, de projetos de prevenção, dirigidos sobretudo para a juventude vulnerável, que, ante a falta de perspectivas e esperança, expõe-se ao risco de recrutamento por parte do crime.

IHU On-Line - Como descreveria as "vísceras" da instituição policial brasileira? Para que e como os policiais são preparados?

Luiz Eduardo Soares - As polícias brasileiras são muito diferentes entre si. A qualidade é muito desigual. De todo o modo, em média, elas não estão preparadas para agir com respeito aos mais pobres, em especial aos negros, reconhecendo que sua missão constitucional é preservar a vida, os

direitos e as liberdades, isto é, zelar pelo cumprimento das leis e da Constituição. Além disso, os policiais, em geral, não são suficientemente valorizados, como profissionais e seres humanos, desde os salários até a formação e o treinamento que recebem. Finalmente, faltam, às polícias, instrumentos institucionais modernos para uma gestão racional, com diagnósticos apoiados em dados qualificados, disponíveis em tempo real para os analistas, planejadores e gestores; com planejamento, identificação de prioridades e metas; com avaliação e monitoramento corretivo sistemáticos, para que os problemas sejam identificados e possam servir de ferramentas de autocorreção sistêmica. Falta valorização da perícia, cuja importância é absolutamente crucial. Falta a integração com as áreas governamentais responsáveis diretamente por políticas sociais preventivas. E falta controle externo independente, via ouvidorias fortes, com poder de investigação e mandatos. Falta também despolitizar as polícias e a segurança pública. Evitar que elas sirvam a propósitos político-partidários menores. Por isso, infelizmente, hoje, no Brasil, há tanta ineficiência policial, tanta corrupção e tanta brutalidade. Por isso, a confiança popular nas polícias foi tão seriamente abalada. No entanto, é claro que, apesar de problemas muito sérios, as polícias

gaúchas estão num patamar bem superior à média nacional.

IHU On-Line - Questões relacionadas à violência e ação policial nas cidades foram objeto de sua obra teórica, mas também ficcional. Como e por que aconteceu essa passagem?

Luiz Eduardo Soares - Nem tudo que tem de ser dito pode sê-lo, diretamente. Uma obra era impossível até existir e estender, por sua existência, os próprios limites do possível. Nosso esforço é este: estender estes limites, em nome do respeito aos direitos humanos e de uma segurança pública digna deste nome.

IHU On-Line - Como o senhor descreve o mundo policial, os homens que formam parte dele, suas relações, seus sonhos, sua violência, suas vidas? Como descreve na sua literatura as diversas vozes do meio policial?

Luiz Eduardo Soares - Há muitas vozes e diversas éticas distintas, democráticas, civilizadas, cidadãs, respeitadas das determinações constitucionais, ou bárbaras, violentas, anticidadãs, racistas, homofóbicas, misóginas e com viés de classe. Infelizmente, quando policiais são formados para a guerra, são treinados para matar, arbitrariamente, tendem a desenvolver o segundo tipo de "ética", a qual, inclusive, dificilmente poderia merecer esta denominação.

“A sociedade assume uma postura cínica de cumplicidade”

Entrevista com Antonio Carlos Carballo Blanco

Antonio Carlos Carballo Blanco é graduado em Direito pela Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Fez os cursos de Formação de Oficiais – Academia de Polícia Militar D. João VI (1984-1986), de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola Superior de Política Militar (1996) e Superior de Polícia Militar, na Escola Superior de Polícia Militar da Universidade Federal Fluminense (2002).

Atualmente, Blanco é professor do Curso de Extensão em Segurança Pública da UERJ e chefe da Seção de Apoio Administrativo do Comando de Policiamento da Capital, do Estado do Rio de Janeiro. É também Tenente Coronel da PM do Rio de Janeiro.

A entrevista que segue foi concedida por e-mail à *IHU On-Line*. Nela, Blanco analisa os ataques realizados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), ocorridos em diversos estados brasileiros, bem como o sistema policial e judiciário brasileiro. Em seu ponto de vista, os recentes acontecimentos demonstram que as instituições republicanas, sobretudo aquelas ligadas ao sistema de justiça criminal brasileiro, estão falidas. Entretanto, Blanco afirma que o governo não sucumbiu ao crime organizado. “Existe fôlego institucional suficiente para fazer frente à estrutura do crime organizado. Contudo, a tarefa não é fácil.”

***IHU On-Line* - Como o senhor avalia os acontecimentos recentes nos diversos presídios?**

Antonio Carlos Carballo - Os acontecimentos recentes nos diversos presídios são resultados diretos da omissão e da permissividade do Estado brasileiro. Tais acontecimentos expressam a falência das instituições republicanas, principalmente àquelas que compõem o sistema de justiça criminal brasileiro. No plano das políticas públicas de prevenção do delito, de inspiração político-social, o cenário é ainda mais dramático: a ausência do Estado é patente nas comunidades populares onde se observa o total descaso dos órgãos

oficiais e das autoridades públicas em questões essenciais relacionadas com a prestação de serviços públicos básicos, num esforço integrado de prevenção primária com especial ênfase para a educação, a saúde, a segurança pública, o esporte, a cultura, o lazer, trabalho, renda etc. Trata-se de um outro território, com regras próprias de convivência social, no qual a população que nele se insere é dominada pelo medo imposto por criminosos armados. O Poder Público, por sua vez, estimula tacitamente tal situação, omitindo-se diante do grave problema social que assola moradores dessas comunidades e periferia e permitindo, por exemplo, a ocupação do solo e o crescimento

desordenado desses espaços geográficos. As favelas são, portanto, verdadeiras prisões sociais, desprovidas de infra-estrutura básica e de serviços capazes de empreender o desenvolvimento e comunitário, sempre na perspectiva de gerar e consolidar as necessárias e fundamentais condicionantes de sociabilidade, que constitui valioso pressuposto de ação democrática e fator decisivo para a implementação de práticas permanentes de justiça e cidadania.

Organizações criminosas conectadas em rede

Não obstante, à guisa de expressar algumas considerações sobre prevenção secundária, cumpre ressaltar que as instituições de segurança pública estão cada vez mais obsoletas, isoladas em práticas de gestão anacrônicas, desarticuladas entre si. O mesmo não ocorre com as organizações criminosas. Enquanto os órgãos de segurança pública operam isoladamente, obedecendo a uma lógica de funcionamento organizacional de matriz piramidal, as organizações criminosas encontram-se conectadas em rede, operando com métodos de gestão não-convencionais, porém ágeis e eficazes.

Enquanto num país que apresenta elevado nível de civilidade a Polícia é chamada a intervir secundariamente, de forma preventiva ou repressiva, uma vez esgotados os esforços governamentais de prevenção primária, no nosso caso tal intervenção ocorre de forma reativa, repressiva e desqualificada, antecedendo as ações de prevenção primária. O resultado dessa mistura explosiva é extremamente danoso para a sociedade e, em certa medida, ajuda a explicar as tragédias circunscritas ao cotidiano urbano, como, por exemplo, o incremento dos índices de violência e de criminalidade. Nesse contexto, o esforço de prevenção terciária ou a prevenção da reincidência é ineficaz, inócuo, haja vista a

inexistência de uma política de ação socioeducativa e penal consistente e qualificada. O sistema funciona quase que exclusivamente como repositório da “escória humana” não eliminada pela ação da Polícia. Nessa situação de abandono e desesperança, a sociedade cumpre o seu papel, assumindo uma postura cínica de cumplicidade. Outro aspecto não menos importante reside nos fatores socioeconômicos que conformaram a cultura brasileira, no modelo de sociedade relacional, que é onde os particularismos privados regem as relações de poder, fazendo do espaço público, da coisa pública, uma extensão dos interesses privados, campo fértil para o desenvolvimento de concepções e ações patrimoniais, expressão maior da ação burocrática do Estado e do poder político legalmente constituído.

IHU On-Line - A polícia tem uma cultura militarista? Que conseqüências isso traz?

Antonio Carlos Carballo - Sem dúvida. Ainda hoje o ensino policial militar, bem como a própria prática organizacional, através das rotinas administrativas e operacionais, privilegia conteúdos programáticos e orientações metodológicas de natureza didático-pedagógicas ou não baseadas nos conceitos e preceitos que configuram o ideário preconizado pelo paradigma militarista e pelo academicismo jurídico. Essa bipolaridade se traduz, por exemplo, nas relações internas de subalternidade, mormente marcadas por uma noção extremamente autoritária do significado da hierarquia e da disciplina. Essa realidade institucional contribui, sobremaneira, para pautar o imaginário coletivo da instituição policial, favorecendo o surgimento de padrões e posturas comportamentais inibidoras do pensamento e da construção de um saber crítico, efetivamente orientado para a produção científica e para o desenvolvimento de uma cultura profissional genuinamente policial. As

conseqüências dessa cultura militarista estão associadas a um modelo de ação mecanicista, que desconsidera, por exemplo, as constantes mudanças ocorridas no ambiente externo e a premente necessidade de adequação diante das demandas e das expectativas da sociedade. O efeito imediato decorrente de tal modelo indica o padrão reativo e desqualificado das práticas policiais operacionais repressivas.

IHU On-Line - Que mudanças urgentes são necessárias no sistema penal e penitenciário brasileiro?

Antonio Carlos Carballo - De uma forma geral, o sistema de justiça criminal brasileiro, não obstante a necessidade de serem promovidas algumas reformas e ajustes legislativos, principalmente no caso das instituições policiais, carece de importantes investimentos, sobretudo na área de gestão. À guisa de reflexão, poder-se-ia aplicar, no do sistema penal, penas alternativas em substituição às penas de reclusão, que deveriam ser destinadas, exclusivamente, aos indivíduos considerados efetivamente perigosos. Outra providência, esta no âmbito do sistema penitenciário : por incrível que pareça à primeira vista, refere-se ao simples cumprimento da Lei de Execuções Penais, propiciando ao indivíduo recluso condições dignas de cumprimento da pena, aplicando, de forma rigorosa, as sanções disciplinares devidas devido à falta praticada.

IHU On-Line - Acha que o governo sucumbiu ao crime organizado?

Antonio Carlos Carballo - Não. Existe fôlego institucional suficiente para fazer frente à estrutura do crime organizado. Contudo, a tarefa não é fácil. Exige, em primeira instância, a participação ativa da sociedade, de libertar-se do particularismo e da visão patrimonial e reconhecer a coisa pública, o espaço público, como sendo a verdadeira dimensão democrática para o

desenvolvimento social sustentado, com valorização e respeito pelos padrões mínimos de civilidade e cidadania. Outro ponto importante consiste na promoção das reformas institucionais que a sociedade demanda e que o atual sistema de justiça criminal exige, sobretudo, na área de gestão. É necessário, portanto, estabelecer um novo pacto político e social em torno dessas mudanças.

IHU On-Line - Uma maior intervenção do governo federal, enviando tropas do Exército para São Paulo poderia ser solução?

Antonio Carlos Carballo - Não. O exército possui missão constitucional definida, além de não ter recebido, pela própria natureza funcional, específica, preparo adequado para o exercício das funções policiais. A presença do Exército nas ruas poderia, desde que circunscrita, territorialmente, a algumas funções de vigilância que não se confunde tampouco caracteriza o exercício da função policial, funcionar tão somente como um paliativo de pouco impacto e de pouca sustentação espacial e temporal.

IHU On-Line - O senhor acredita que soluções duras, parecidas com as da Colômbia, que fez um acordo, permitindo a extradição de chefes de seus cartéis para as prisões dos EUA, funcionam?

Antonio Carlos Carballo - Não. O caso Colômbia representa, em certa medida, uma afronta ao conceito de soberania nacional e reafirmação hegemônica dos EUA. Contudo, num plano mais abrangente, admito a possibilidade de um Tribunal Internacional para o julgamento de crimes transnacionais e outros associados às novas ameaças como, por exemplo, o terrorismo.

IHU On-Line - Que saídas podem ser adotadas diante do quadro atual?

Antonio Carlos Carballo - As possíveis saídas diante de um quadro tão grave e

violento não devem obedecer a uma lógica voluntarista com ações episódicas e espetaculares. As ações de controle imediato por si só são insuficientes para abranger todas as dimensões e dinâmicas concorrentes e / ou determinantes que o quadro geral apresenta. Portanto, para além das ações acima referenciadas, especificamente no que tange à ampliação das penas alternativas e ao fiel cumprimento da Lei de Execução Penal, é necessário, para uma melhor compreensão do problema e o correto encaminhamento das questões correlatas, organizar e sistematizar os diferentes aspectos envolvidos nessas dimensões e dinâmicas e elaborar um planejamento tecnicamente orientado com vistas à promoção de ações efetivas de intervenção sobre a realidade. O trabalho requer, preliminarmente, além do esforço solidário – articulado e integrado – de toda a sociedade civil organizada e, principalmente, das instituições públicas – nos três níveis federativos – e privadas, direta ou indiretamente envolvidas com a problemática da violência e da criminalidade, um bom diagnóstico, sustentado por dados e informações consistentes e qualificadas. Outra medida de primeira grandeza consiste na criação e produção de uma rede institucional operacional objetivando consolidar a comunicação entre as diferentes interfaces do sistema de justiça criminal. Por último, é de

fundamental importância que haja um adequado aporte de recursos financeiros suficientes para que as ações planejadas sejam efetivamente concretizadas.

IHU On-Line - Como o senhor classificaria os diversos debates, as reações da população, dos intelectuais, da imprensa, especialmente em São Paulo a partir da violência dos últimos dias?

Antonio Carlos Carballo - São debates heterogêneos que oscilam entre as propostas emocionadas de resolução de conflito que estimulam o retorno à barbárie e propostas de conteúdo progressistas que primam pelo estabelecimento de padrões mínimos de civilidade no marco legal do Estado democrático de direito. A população reage com medo e insegurança, com um forte sentimento e tendência de deixar-se seduzir pelos discursos conservadores e reacionários que apregoam soluções penais mais duras, incluindo nestas a pena capital levada a efeito, por exemplo, por meio de práticas policiais arbitrárias. Os intelectuais progressistas, por sua vez, reagem em prol da legalidade, do respeito e da consolidação do Estado democrático de direito. Enfim, a visão retrata um movimento amplo que contempla ações tecnicamente orientadas para a construção coletiva de um projeto de nação civilizada.

A cultura cidadã e a diminuição da violência em Bogotá

Entrevista com Antanas Mockus



IHU On-Line realizou uma rápida entrevista telefônica com o candidato à presidência da Colômbia Antanas Mockus Sivickas, na semana passada às vésperas das eleições colombianas acontecidas ontem, dia 28 de maio.

Mockus é filósofo, matemático e político colombiano. Mockus foi reitor da Universidade Nacional da Colômbia. Posteriormente foi prefeito de Bogotá durante dois períodos. Na sua primeira gestão, (1995-1997), pela primeira vez o governo local envolveu-se no planejamento e implantação de ações concretas em matéria de segurança urbana, e a problemática da violência na capital foi priorizada em seu plano de governo, inspirado naquilo que foi denominado *Cultura Cidadã*. Na segunda gestão de

Mockus (2000-2003), foram mantidas as iniciativas relacionadas à cultura cidadã e constaram-se grandes avanços na construção da segurança pública. Na entrevista a seguir, concedida por telefone,

que teve que ser interrompida pelo candidato para receber uma delegação da OEA, ele relata as diversas medidas implantadas para aumentar a segurança pública em Bogotá.

***IHU On-Line* - Quais foram os principais desafios em relação às questões de segurança urbana?**

Antanas Mockus - Uma parte crucial foi organizar com periodicidade mensal o conselho de segurança. Propomos nos reunir e divulgar mensalmente informação, inicialmente só sobre homicídios, mas buscando informações sempre melhores e mais detalhadas. Também optamos por dar altíssima prioridade à luta pela proteção da vida. Isso foi o começo. Usamos um enfoque chamado de criminológico, tomado da medicina, graças ao qual se foram concentrando os operativos preventivos. Em segundo lugar, foram atacados os fatores de risco que são consumo de álcool e porte de armas, e, de maneira indireta, violência intrafamiliar. Começamos a trabalhar com esses três fatores de risco na Prefeitura. É necessário destacar que, no Conselho de Segurança, a polícia era só uma das

vozes, tinha outros enfoques, outras vozes. Criou-se um só conselho mas muito variado com análise estatística que atualiza o mapa de dados para ver onde se concentram os delitos, que delitos são esses e a que horas acontecem. Além disso, adotou-se o enfoque de “cultura cidadã”, em que a linguagem do tema de segurança é reelaborada, promovendo-se a autodisciplina e a auto-regulação das pessoas por consciência, por mecanismos de moralidade, interiorização de regras, compreensão racional de objetivos das regras etc. As pessoas obedecem às regras não só por temor à multa ou ao presídio, mas também por temor à culpa e à rejeição social. A boa conduta estaria estimulando o reconhecimento social. De alguma maneira, criou-se uma agenda do cidadão em relação ao comportamento, que sempre pode ser melhorado, e os cidadãos mesmos

podem ajudar pacificamente a melhorá-lo. Cada cidadão pode melhorar o comportamento do outro e vice-versa. Desenvolvendo-se a habilidade de se deixar corrigir e corrigir amavelmente, a pessoa envolve-se em um processo coletivo de melhorar o comportamento. Isso aplicou-se às regras de trânsito com respeito ao uso do cinto de segurança, às faixas de pedestres e às sinalizas. Além disso, criaram-se centros de mediação e conciliação onde a letra um pouco fria e indiferente da lei é reelaborada de forma cultural mais próxima, tocando os valores morais das pessoas. Funcionários públicos treinados em técnicas de conciliação e mediação ajudaram a resolver muitos pequenos conflitos. Temos na cidade 20 comissárias de família com esse enfoque e 10 centros de mediação e conciliação.

***IHU On-Line* - Houve avanços significativos em relação ao combate à violência na cidade de Bogotá?**

Antanas Mockus - Sim. A taxa de homicídios que, em 1993, tinha chegado a 80 homicídios para 100 mil habitantes por ano se reduziu a 23 homicídios para 100 mil habitantes, em 2003. Desde essa data mais ou menos se mantém constante.

***IHU On-Line* - Como foram suas relações com a guerrilha e os grupos armados?**

Antanas Mockus - Não houve nenhuma tentativa de aproximação ou negociação. O que houve, sim, foram algumas ações terroristas e respondemos, buscando promover a resistência civil, o rechaço cidadão.

***IHU On-Line* - Foi ameaçado de morte pela Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)?**

Antanas Mockus - Sim, fui ameaçado de morte e comecei a usar um colete antibalas com um pequeno buraco no lugar do coração, como forma de ironizar e reconhecer a ameaça, mas

também tomar distância esteticamente dela.

***IHU On-Line* - Qual é sua avaliação do Governo Uribe e seu combate à violência?**

Antanas Mockus - Teve lados positivos e devolveu ao país muita esperança. Houve um grande contraste com o governo Pastrana¹⁵. Ao governo Pastrana tocou-lhe o papel de brando, de boa fé burlada, então o presidente Uribe beneficiou-se enormemente do efeito contraste. Parece um governo que defende a segurança e obtém resultados, pois reduziu em 30% o número de homicídios e em 50% os seqüestros. Há que levar em conta que junto com a diminuição houve também uma variação na forma de contabilizar os seqüestros, mas, independente das cifras, houve, sim, uma redução. Algumas rodovias colombianas, as mais transitadas, são hoje mais seguras, e as pessoas têm recuperado a percepção de segurança no país.

***IHU On-Line* - Acha que é possível um diálogo com a guerrilha?**

Antanas Mockus - Considero que é muito difícil. As tentativas feitas

¹⁵ **Andres Pastrana (1954):** Membro do Partido Conservador foi eleito presidente da Colômbia em 1998. É jornalista e filho do ex-presidente Misael Eduardo Pastrana Borrero. No primeiro ano de seu mandato iniciou um ambicioso processo de negociações com o principal grupo guerrilheiro, as FARC. Criou uma gigantesca zona desmilitarizada com cerca de 42 mil quilômetros quadrados, que ficou na prática sob o controle das FARC. Uma grande crítica de seus adversários partiu do princípio de que as negociações de Pastrana não previam um cese de hostilidades, o que permitiu que as FARC ampliassem seu poder militar ao mesmo tempo que discutiam os temas de paz. No final de seu mandato, em 2002, o presidente Pastrana decidiu encerrar as conversas com as FARC. Sua popularidade caiu de forma assombrosa, o que permitiu que o maior crítico de suas políticas, o dissidente liberal Álvaro Uribe Vélez, ganhasse força política suficiente para eleger-se Presidente da República. Em 2005, Pastrana foi escolhido por Uribe para ocupar o posto de Embaixador da Colômbia em Washington. (Revista *IHU On-Line*)

produziram mais violência. No período do presidente Pastrana, produziu-se uma intensificação tremenda da violência praticada pela Farc e pelos paramilitares, então, na hora de conversar o que se produziu foi uma intensificação da guerra. E isso obviamente a sociedade colombiana não aceitaria uma segunda vez. Hoje seria necessário algo muito mais breve seguramente mediado pela

Cruz Vermelha Internacional ou pelos chamados países amigos. Deveria ser algo muito preciso para chegar a resultados. Eu acredito mais do que numa solução negociada, numa solução pelo lado da pressão social, das famílias, das comunidades, das igrejas, do sistema educativo, dos meios de comunicação, enfim de todo o país, para diminuir a violência.

O crime organizado está fora das favelas

Entrevista com João Trajano



Para João Trajano de Lima Sento-Sé, pesquisador da UERJ, o crime organizado, ao contrário do que se pensa, não está nas favelas do Rio de Janeiro ou nas prisões de São Paulo. “Ele se encontra nas redes de lavagem de dinheiro, nas conexões do narcotráfico e do tráfico de armas com agentes do Estado e com empresas aparentemente ‘limpas’”. A afirmação foi feita em entrevista por e-mail à *IHU On-Line*. Trajano é graduado em Ciências Sociais pela UFRJ, Mestre em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ, e em Comunicação pela UFRJ. Doutor em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ, com tese intitulada *Estetização da Política e Carisma. O Caso do Brizolismo no Rio de Janeiro*. Autor e organizador de diversos livros, entre os quais citamos *Pensamento Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2005 e *Prevenção da Violência. O Papel das Cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Trajano concedeu entrevista à Revista IHU On-Line, nº 106, de 28 de junho de 2004 sob o título: *Brizola buscava um socialismo adaptado à cultura brasileira*.

IHU On-Line - Foi surpresa para o senhor o que aconteceu em São Paulo?

João Trajano - Não. O sistema penitenciário no Brasil (e não somente em São Paulo) é um barril de pólvora que produz explosões recorrentes. Temos a quarta maior população

carcerária do mundo e mantemos cerca de 600 mil pessoas presas nas piores condições possíveis. A Lei de Execuções Penais não é respeitada pelo Estado. Os presos não têm seus direitos preservados. Vivem amontoados em péssimas condições de higiene. Progressões de pena não são cumpridas.

Criminosos com graus diferenciados de periculosidade são misturados, passam os dias na ociosidade e estão sujeitos a toda sorte de arbítrio dos agentes penitenciários e dos presos mais fortes ou influentes. Isolamos esses homens e mulheres num mundo à parte. O pior dos mundos possíveis. Acrescentem-se a isso as altas taxas de corrupção existentes no sistema e em outras esferas a ele ligadas, e temos o terreno preparado para o tipo de coisa que acontece recorrentemente no Rio de Janeiro, em Rondônia, no Mato Grosso do Sul e em todos os demais estados brasileiros. O que ocorreu em São Paulo superou todos os demais em função da magnitude alcançada. Nada além disso.

IHU On-Line - As respostas dadas pelo poder público em relação à violência são insuficientes. Como resolver isso? Que tipo de iniciativas podem ser feitas sem esperar pelos governos?

João Trajano - Não é possível prescindir do Estado no que tange à segurança pública. No caso brasileiro, receio que o Estado esteja cumprindo o paradoxal papel de alimentar muitas das dinâmicas associadas, direta ou indiretamente, à violência. Uma parcela muito alta de seus servidores (em todas as esferas) viola sistematicamente a lei, sem que nada lhes aconteça. Quando aplicada, a lei é discricionária, reforça iniquidades de fundo étnico, social e de gênero. O sistema econômico produz exclusão em série, ao mesmo tempo que opera uma perversa associação entre reconhecimento social e acesso a bens de consumo. A polícia prende e agride pretos e pobres. A justiça os condena. O sistema carcerário os sepulta em vida. Esse, porém, é somente o circuito mais geral e visível da forma com que as agências do Estado operam. Elas são estruturadas para funcionarem dessa forma, o que equivale a dizer que, do ponto de vista do que entendemos como primado da lei, o Estado é inoperante. É importante que a sociedade civil

organizada, as entidades comunitárias e os órgãos de defesa dos direitos humanos aumentem a pressão sobre as autoridades para que haja uma redefinição dos termos da ação do Estado. Que seja neutralizada a cumplicidade com a corrupção, o arbítrio e a violência estatal contra os excluídos. Do mesmo modo, é importante que sejam alargados e consolidados os canais de interlocução dos atores da sociedade civil com os servidores públicos (das polícias, do judiciário, dos legislativos) que não compactuam com o modo tradicional de funcionamento de suas respectivas corporações. Sem tais alianças, não há muito para onde ir.

IHU On-Line - Qual é o principal foco de uma política de segurança? O que mudar primeiro e como?

João Trajano - Não é possível lidar com a segurança pública nesses termos. Uma série de iniciativas articuladas devem ser implementadas. Apresento cada uma sem com isso estabelecer um nexo diacrônico ou qualquer espécie de prioridade. Do ponto de vista do poder do Estado, é necessário haver uma articulação dos poderes locais, estaduais e federal. Os estados são e devem continuar sendo os responsáveis por suas respectivas políticas de segurança, em virtude, inclusive, de suas singularidades. É desejável, porém, que, a despeito disso, haja uma certa padronização, algumas normas básicas que tenham validade para todos. Uma delas, por exemplo, seria o processo de registro e processamento de dados. Hoje em dia, é impossível fazermos qualquer trabalho comparativo sobre a incidência de crimes em âmbito nacional. A forma de registro e os bancos de dados são incompatíveis entre si. A única exceção são os homicídios, cujos dados obtemos do Ministério da Saúde. Tal padronização deveria permitir a criação de uma rotina de cooperação entre as polícias dos diferentes estados e dessas com a Polícia Federal. Assim, teríamos a

possibilidade de combater de forma mais eficaz o crime organizado que, ao contrário do que se pensa, não está nas favelas do Rio de Janeiro ou nas prisões de São Paulo. Ele se encontra nas redes de lavagem de dinheiro, nas conexões do narcotráfico e do tráfico de armas com agentes do Estado e com empresas aparentemente “limpas”. As diversas polícias estaduais deveriam colaborar entre si e trabalhar de forma mais integrada com a Polícia Federal. Esta última poderia contribuir bastante para melhorar áreas estratégicas das polícias civis estaduais nas áreas de inteligência e polícia técnica, por exemplo. Atualmente, não há qualquer integração, salvo em uma ou outra ação específica. O poder federal é um mero repassador de recursos limitados, que acabam subaproveitados. Por sua vez, os poderes locais também poderiam e deveriam fazer mais. Eles dispõem de uma capilaridade com as comunidades que os demais poderes não têm. Das redes de que participam ou a que têm acesso os poderes locais poderiam extrair informações valiosas, sobretudo para a implementação de políticas preventivas e de atendimento às populações mais vulneráveis. Poucas prefeituras, porém, têm assumido responsabilidades na área de segurança, escudando-se na determinação constitucional que delega essa tarefa aos governos estaduais. No que diz respeito às instituições do sistema de justiça criminal, é necessário um investimento maciço na valorização dos policiais, na qualificação continuada e mudança radical nos termos em que tais profissionais são treinados.

Polícia Civil : Profissionais mal preparados

O curso de formação da última turma de policiais civis contratados pelo estado do Rio de Janeiro foi acompanhado por um aluno meu, para a redação de sua dissertação de mestrado. O relato é inacreditável. O Estado manda para as ruas profissionais mal treinados,

completamente despreparados para o exercício de uma função tão delicada. Isso dá medo. Do mesmo modo, a corrupção em todas as corporações que fazem parte do sistema alcançou uma magnitude intolerável. Ela não se resume ao policial da ponta, que achaca o cidadão em uma blitz. Isso é grave, mas comparado ao quadro geral é muito pouco. Há muitos indícios que as relações promíscuas de autoridades do Estado (membros dos legislativos, inclusive) com o crime são bem mais recorrentes do que supõe o senso comum. Não me refiro apenas ao tráfico de drogas e ao comércio ilegal de armas, mas ao jogo, ao transporte ilegal, à prostituição infantil. Devemos encarar o triste fato de que muitas dessas atividades contam com a participação ativa de respeitáveis homens de negócio. Infelizmente, porém, as mudanças dos padrões de integração não têm sido levadas adiante. As resistências corporativas são enorme, e as injunções políticas, pior ainda. Uma das bandeiras do então candidato Luís Inácio Lula da Silva para a área de segurança era o fortalecimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que ganharia *status* de Ministério, e a criação do Sistema Único de Segurança. Questões políticas, todavia, abortaram ambas as propostas. Francamente, não vejo muita disposição de nossas elites políticas em assumir de fato a centralidade da questão da segurança. Ela segue sendo abordada partidariamente, o que equivale a dizer: de forma irresponsável e inconseqüente.

IHU On-Line - Que mudanças devem ser feitas no sistema penitenciário brasileiro?

João Trajano - Inicialmente, cabe ao Estado cumprir a lei criada por suas próprias instâncias e as quais sua ação deve estar condicionada. Fala-se sempre, nessas ocasiões, em construção de mais unidades prisionais e no endurecimento da execução penal, mas ambas as propostas são insuficientes e, ao meu ver, pouco discutidas. É claro que diante

do quadro de superlotação, é crucial a abertura de mais vagas, mas a própria concepção das unidades prisionais deve ser repensada. É crucial trabalharmos com a idéia de unidades menores, abrigando um número menor de presos, que devem ser distribuídos segundo critérios previstos em lei: grau de periculosidade, situação penal, regimes diferenciados. As instalações devem ser pensadas de modo a, de um lado, aumentar a capacidade de controle dos presos e reduzir as chances de que o contato deles entre si, com os agentes e com pessoas do mundo externo (familiares e advogados, por exemplo) ensejem oportunidades de qualquer espécie de violação da norma e de corrupção. Por outro lado, essas mesmas instalações devem ser propícias para que os presos possam cumprir suas penas em segurança e desfrutando do acesso a bens básicos que a lei lhes garante. Devem ter acesso a atividades laborativas e educativas, devem ter alimentação adequada, devem ter acesso a higiene e devem estar protegidos da violência de seus companheiros de prisão e dos agentes externos. Essas questões não podem ser negligenciadas. Nenhuma delas é lavada em consideração, hoje, quando se fala na construção de mais unidades prisionais.

O endurecimento não é a solução

O endurecimento ou não das penas também é assunto mal-encaminhado. Não sou, em princípio, contra regimes mais duros e restritivos para presos com determinado perfil. Entretanto, ainda nesse caso, não podemos tolerar a aplicação de regimes subumanos, bem como não podemos admitir que a aplicação de regimes mais duros se torne regra. Eles podem ser utilizados em situações excepcionais, com procedimentos claros e formalizados em lei. Do contrário, não terão qualquer efeito para melhorar a questão prisional e será apenas mais um recurso a ser usado como moeda de troca na

economia interna do sistema punitivo brasileiro. Acho que o endurecimento das penas é mal discutido porque tanto seus defensores quanto seus adversários não têm tido capacidade de dialogar de forma suficientemente razoável. Temo que isso acabe resultando num endurecimento sem controle, sem regra e sem eficácia.

Além das questões anteriormente destacadas, não podemos deixar de mencionar a corrupção. Ela atravessa todo o sistema de justiça criminal brasileiro, abarcando desde o policial da ponta até segmentos do judiciário, com ramificações no mundo político. O grave é que a corrupção e o desrespeito à lei chegaram a níveis muito altos e não diviso boas perspectivas de reverter essa tendência.

***IHU On-Line* - Houve exageros por parte da mídia na cobertura do episódio em São Paulo? Qual deveria ser papel dos comunicadores neste momento?**

João Trajano - A mídia tende a espetacularizar tudo. Faz parte de seu *modus operandi*. É claro que nos casos relativos à violência ela freqüentemente contribui para a disseminação de percepções exageradas e/ou deturpadas do que se passa. Isso pode gerar um estado de espírito coletivo que resulta em reações desastrosas, como o endosso da ação discricionária e violenta da polícia, por exemplo. Nosso quadro de violência e insegurança é dramático. Isso não é invenção da mídia. Ocorre que tal dramaticidade, quando espetacularizada, reforça o medo, as cisões sociais, as marcas discriminatórias com que operamos historicamente, ou seja, alimentam a produção perversa de mais violência. Tais marcas, contudo, também não são invenções da mídia. Ela prestaria um grande serviço concedendo maior espaço a intervenções informadas sobre a violência. Quando crises como essas de São Paulo ocorrem, o espaço concedido à violência cresce em proporções inusitadas. Depois que

passam, o espaço se reduz, e o problema parece se tornar secundário. Só que, enquanto isso, todos os elementos que alimentam a violência e a reproduzem continuam agindo.

IHU On-Line - Se o senhor estivesse no centro das negociações com a cúpula do PCC (Primeiro Comando da Capital), qual seria sua resolução?

João Trajano - Francamente, não consigo me imaginar nessa situação. Tudo o que sei do episódio, me foi transmitido pela mídia. A despeito da ampla cobertura, é óbvio que tais informações são insuficientes para participar de uma ação tão delicada. Gostaria de destacar, somente, o cinismo por trás da rejeição pública às negociações feitas pelo poder público de São Paulo (não sabemos sequer em que termos essa negociação de fato se deu). Exatamente por todos os problemas levantados nas respostas anteriores, é de conhecimento geral que autoridades e criminosos negociam o tempo todo. A distribuição de apenados pelas unidades prisionais do Rio de Janeiro, por exemplo, obedece ao critério de pertencimento às facções das drogas. Cada facção controla um certo número de unidades prisionais. Se um apenado vai para uma prisão controlada pela facção rival à sua certamente será morto na primeira oportunidade (oportunidades como essa abundam no sistema). O curioso é que se o sujeito não pertence à facção alguma ele deve declarar assim mesmo. Nesses casos, a escolha recai sobre a facção que domina seu local de moradia. O pertencimento a uma facção garante ao preso uma série de “benefícios” que caberiam ao Estado lhe proporcionar (entre eles, o direito de continuar vivo). Como chamar essa prática senão de negociação permanente do poder público com o crime?

IHU On-Line - O que caracteriza o discurso público sobre violência?

João Trajano - O debate público sobre violência no Brasil se tornou mais

qualificado, nos últimos anos, mas ainda há muito a melhorar. De um lado, temos intervenções extremamente conservadoras e retrógradas que defendem medidas de exceção permanente, reforçando estigmas sociais e criminalizando as maiores vítimas da violência: os negros, os pobres, os deserdados de uma sociedade marcada por altos níveis de exclusão e iniquidade. Uma boa parcela de nossas elites políticas intervém no debate da pior forma possível. Partidarizando um problema que é indiscutivelmente político, de maneira a amesquinhá-lo e a transformá-lo em arma a ser esgrimida nas disputas pelo poder. Por outro lado, há uma pequena parcela de atores que buscam trazer a discussão para o debate mais geral da consolidação da democracia e do Estado de Direito no Brasil. O problema é tão grave e as cisões tão profundas que o diálogo entre as diversas tendências, apresentadas aqui de forma geral e um tanto estereotipadas, tem sido impossível. No meio desse tiroteio (com trocadilho), a população, atônita, sente-se desamparada e, diante de crises ou de episódios traumáticos apela para a segurança a qualquer custo. A questão é: qual o custo com que devemos aceitar arcar? Com a perpetuação de formas tradicionais e despóticas de lidar com a segurança (cujos resultados são a própria insegurança), ou com a responsabilidade de radicalizar as mudanças necessárias para a transformação dos padrões de sociabilidade no Brasil?

IHU On-Line - Podemos falar em Políticas de Segurança Pública que deram certo?

João Trajano - Como não sou propriamente um otimista, prefiro falar de experiências que têm dado certo. Iniciativas como o policiamento comunitário, levados a cabo em algumas cidades, deram bons resultados. Políticas de prevenção também têm dado resultado, como a encampada por

Diadema, na Grande São Paulo. O nosso grande problema, porém, é que as políticas oscilam, não têm continuidade, são interrompidas quando há mudanças de governo e raramente, em sua concepção, incluem mecanismos de monitoramento e avaliação.

IHU On-Line - Algum outro aspecto que não foi perguntado e considere importante acrescentar?

João Trajano - Voltando ao episódio de São Paulo, gostaria de dizer que, a meu ver, há uma tendência a se hiperdimensionar o chamado crime organizado. Não duvido que haja um certo grau de articulação de uma parcela da população carcerária de São Paulo, assim como também existe entre grupos de comércio varejista de drogas no Rio de Janeiro. No entanto, acho que a rebelião dos presidiários e seus desdobramentos nas horas imediatamente posteriores funcionaram como uma espécie de rastilho de pólvora a partir do qual uma série de agressões à ordem pública foram

cometidas. Não creio que todas elas tenham obedecido a um comando centralizado. Inclino-me a acreditar que, se tivéssemos um serviço de inteligência realmente sofisticado e equipado, chegaríamos à conclusão de que uma parcela das agressões foi mais motivada do que propriamente ordenada pelos líderes da rebelião carcerária. Fatos como esses, acredito, acontecem muito mais pela corrupção e ineficiência dos órgãos do Estado do que pela sofisticação das redes criminosas. A maior força dessas últimas tem sido a porosidade e a fragilidade dos aparatos de manutenção da ordem. Como se isso já não fosse ruim o bastante, preocupa o fato de que, nesses momentos de crise, as lideranças políticas se mostram despreparadas e, juntamente com parcela expressiva da opinião pública acabam por endossar ações discricionárias, inspiradas na mesma filosofia e no mesmo modo de lidar com a segurança pública que nos levaram à situação em que nos encontramos.

O Brasil regido por um “novo” padrão de desenvolvimento capitalista

Entrevista com José Carlos Braga

José Carlos Braga, professor no Instituto de Economia da Unicamp, decidiu tornar pública a sua diferença no modo de ver a conjuntura nacional com relação a alguns de seus colegas economistas da Unicamp. Na entrevista que aceitou conceder por telefone à revista *IHU On-Line*, na manhã da última sexta-feira, ele se contrapõe à opinião de seu colega economista Ricardo Carneiro, que acredita que o Brasil ainda vive numa crise de desenvolvimento desde os anos 1980. Ricardo Carneiro concedeu uma longa e instigante entrevista ao *Jornal da Unicamp* que reproduzimos nas *Notícias Diárias*, no dia 26-5-06, do sítio www.unisinos.br/ihu.

No entanto, o professor Braga afirma que vê esse debate e essa explicitação pública “como uma riqueza do nosso Instituto”. Braga é professor Livre Docente em Economia pela Unicamp e Diretor do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais dessa mesma Universidade. *Braga publicou, entre outros, o livro **Temporalidade da Riqueza - Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo** : 1. ed. Campinas : Editora do Instituto de Economia da UNICAMP, 2000.* Confira a íntegra da entrevista que contribui para uma análise da situação atual brasileira nos campos da economia e da política.

IHU On-Line - Quais as maiores divergências sobre a realidade brasileira dentro do Instituto de Economia da Unicamp?

José Carlos Braga – Ricardo Carneiro diz o seguinte no Boletim número 7 do Centro de Conjuntura, lançado em abril de 2006: “... a economia brasileira ainda permanece à deriva. (p. 1) ...o padrão Stop and Go, típico dos últimos 25 anos... continuou a caracterizar a economia brasileira no período recente” (pg 17). Pois bem, isso está errado

simplesmente. Minha divergência é a seguinte: a partir de 1994, nós temos no Brasil um padrão de desenvolvimento *capitalista* que superou a crise do desenvolvimentismo que teve vigência entre 1980 e 1994. Esse padrão que aí está não é um padrão que eu goste. Não é um padrão de desenvolvimento furtadiano (de Celso Furtado¹⁶), que é o

¹⁶ **Celso Monteiro Furtado** (1920-2004): bacharel em Direito e doutor em Economia pela Universidade de Paris-Sorbonne, foi o mais importante economista brasileiro e um dos mais destacados

padrão que eu creio que a maioria dos brasileiros gostaria que existisse. Mas nós não vivemos uma infundável crise econômica. No Brasil o padrão de desenvolvimento capitalista é medíocre, de baixas taxas de crescimento e baixa inflação, e precisa ser mudado. Mas, não está à deriva. Os problemas graves são o desemprego e a distribuição da renda, a pobreza e a miséria. A inflação está baixa, não há estagnação econômica, tem superávit de balança comercial. As empresas têm lucro operacional e financeiro. Tem superávit fiscal primário demais. O problema é que é usado para pagar juros demais. O capitalismo não tem compromisso com o emprego, nem com a distribuição de renda e de riqueza, nem com crescimento sustentado.

Já temos um sistema financeiro

Para entender as características desse novo padrão, deve-se entender **primeiro** que temos até um Banco Central que, na prática, já é “independente” por ordem do Presidente Lula. Isso é complicado e até indesejável, mas é mais um sintoma de padrão de capitalismo moderno (sic!) de desenvolvimento, queiramos ou não. **Segundo:** já temos um sistema financeiro “novo”. Alguns colegas da Unicamp, como o professor Carneiro, crêem que ainda temos restrições estruturais tais como “dificuldades de mobilização de recursos pelo sistema financeiro doméstico” (p. 19 do Boletim do Cecon).. Mas, não concordo com isso também. O que falta no Brasil não é oferta de crédito, mas sim demanda de financiamento, falta demanda de crédito. E isso ocorre porque nós não temos uma política vigorosa de investimento público e assim não há **demandas efetivas**

intelectuais do país ao longo do século XX. Suas idéias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiram das doutrinas econômicas dominantes em sua época e estimularam a adoção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia. (Nota *IHU On-Line*)

geral já que o setor privado fica “olhando” e “molhando a mão na liquidez da grana fácil com juros pagos pelo setor público”. Falta demanda de crédito ao sistema financeiro, tanto público quanto privado. Os bancos públicos no Brasil já estão prontos para financiar - BNDES, BB, CEF, BASA, BNB. O que falta é um programa ampliado de investimento, tanto público quanto privado.

Já temos uma moeda nacional

Terceiro: nós já temos uma moeda nacional que está refundada desde 1994. Antes disso, nós não tínhamos moeda, estava tudo monetariamente desorganizado. Era o chamado “dinheiro financeiro”, nas palavras da professora Maria da Conceição Tavares¹⁷. A moeda era indexada, dinheiro dos ricos. A crise monetária e financeira que expressaram a crise do desenvolvimentismo desdobraram-se entre 1979 e 1994. Belluzzo¹⁸ e Julio Sergio Almeida analisaram-nas “definitivamente” no livro *Depois da Queda*¹⁹. Hoje, não é

¹⁷ **Maria da Conceição Tavares** (1930): economista portuguesa naturalizada brasileira. É também professora-titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora-emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, Maria da Conceição já foi deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro e é autora de diversos livros sobre desenvolvimento econômico. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁸ **Luiz Gonzaga Belluzzo:** professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutor em Economia pela mesma instituição em que trabalha com tese intitulada *Um Estudo Sobre a Crítica da Economia Política*. Do professor Belluzzo, *IHU On-Line* publicou um artigo intitulado *Até o FMI já percebeu*, na edição nº 65, de 23 de junho de 2003, uma entrevista exclusiva, com o título *O Brasil está na fase de doente terminal, achando que vai dar tudo certo*, na edição nº 77, de 29 de setembro de 2003 e o artigo *O processo de mercantilização é antinatural* especialmente elaborado pelo professor para a edição da *IHU On-Line* sobre Karl Polanyi, de 27 de junho de 2005, nº 147. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁹ *Depois da Queda - A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

mais assim. Temos uma moeda que, ainda que seja inconvertível internacionalmente, que é o real, junta as três funções básicas. O real serve para medir preços, para ser meio de pagamentos e é reserva de valor internamente. O capitalismo está tão “inovador” e fictício que até já se especula no exterior com o próprio real. Isso ocorre no jogo financeiro dos mercados derivativos dos grandes “players”, dos grandes atores mundiais. É claro que, se o turista brasileiro descer em Paris ou Nova York, e depositar uma nota de real na mesa de bar, o garçom vai chamar a ambulância ou o carro da polícia.

As empresas estão “muito bem, obrigado”!

Quarto ponto: as empresas brasileiras, tanto as nacionais quanto as multinacionais - grandes e média-grandes - que estão aqui dentro do País, estão muito bem, obrigado. Elas estão com seus balanços apresentando resultados muito bons, ganhando muito dinheiro. Todos esses quatro aspectos somados constituem um padrão de desenvolvimento *capitalista*, padrão que está funcionando. Essa história de dizer que não tem padrão de desenvolvimento **capitalista** é uma história velha, de economista que ficou “viúva” do desenvolvimentismo antigo.

As alternativas de saída

O que temos que fazer, em primeiro lugar, é compreender esse novo capitalismo que está aí, acoplado à globalização financeira, desde 1994, com a política de Fernando Henrique Cardoso e de Antonio Palocci. Em segundo lugar, para mudar isso, não temos que fazer (nuances e seqüenciamentos à parte) o que o Deputado Delfim Netto, os senhores das “Garças” (Arida²⁰, Bacha²¹ et alli) e até

²⁰ **Pérsio Arida**: economista, é um dos idealizadores do Plano Cruzado, em 1986, no Brasil, durante o

mesmo parte da “esquerda” estão a dizer: que basta corrigir a taxa de câmbio, corrigir o superávit primário e baixar a taxa de juros devagarzinho. Não é isso!

Aliás, um debate à parte seria sobre o pessoal que “fundou” o “socialismo macroeconômico”, segundo a ironia do José Luiz Fiori²². Em vez de discutir uma nova sociedade, ficam discutindo as casas decimais da meta inflacionária, do superávit e da taxa de juros.

Sugestões de mudança

É preciso colocar no centro o trinômio Investimento-Emprego-Distribuição (de Renda e de Riqueza). O início, por suposto, implica uma mudança negociada com o Poder nacional e internacional acerca de alterações substantivas em câmbio-juros e fisco. Aqui não são as casas decimais. É metamorfose mesmo. Por isso tem que negociar, pois do contrário vem, aí sim, o “Exocet²³”! Para isso mudar deve haver um programa de investimento público enorme, porém com responsabilidade fiscal. É preciso chamar o setor privado e propor a rediscussão de um programa de investimento público e privado. Temos que liberar os bancos públicos para financiar investimentos, porque eles estão travados pelo Fundo Monetário e pelo Banco Mundial. E travados pelo Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda do Brasil. Tem que destravar. Os bancos públicos só podem emprestar até 45% do seu

governo do presidente José Sarney. (Nota da *IHU On-Line*)

²¹ **Edmar Lisboa Bacha**: economista, é diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças e ex-presidente do IBGE (1985/86). (Nota da *IHU On-Line*)

²² **José Luiz Fiori**: é cientista político. De Fiori reproduzimos o artigo *A Bolívia, Honduras e o resto do mundo*, originalmente publicado no jornal O Globo, nas *Notícias Diárias* de 26 de maio no sítio www.unisinos.br/ihu. (Nota da *IHU On-Line*)

²³ **Arma de guerra**.

patrimônio líquido para o próprio setor público. Isso tem que mudar. O novo presidente, seja ele quem for, tem que rediscutir os critérios de investimento público, liberando espaço para o Brasil na STN, no BIRD, no FMI, nessa ordem. Mesmo que sigamos com um superávit de 3 a 4%, o que for investimento tem que sair da conta de despesa. Essa discussão chegou a acontecer, mas o que nós conseguimos de liberação foram só dois bilhões de dólares, o que é ridículo.

O centro: distribuição de renda e crescimento

Precisamos, além disso, colocar no centro da discussão o crescimento com distribuição de renda. Alguns caíram no falso juízo de que basta retomar o crescimento que depois, na seqüência, a gente vê o que faz com a questão distributiva etc. Não, eu penso que não mesmo! Nós já crescemos no passado, com Delfim Netto, que agora está pousando de neo-desenvolvimentista, sem que a população tenha se beneficiado rigorosamente do crescimento. Falo do Deputado Delfim apenas por ele servir de paradigma para economizar palavras e ficar logo claro qual é a crítica. Temos que discutir, ao mesmo tempo, crescimento e distribuição de renda e a meta histórica de superar o subdesenvolvimento. Esse é o ponto, a essência da argumentação.

IHU On-Line - Quais os maiores problemas que o senhor vê com a divulgação da idéia de que o pensamento dentro do Instituto de Economia tem uma posição única enquanto Instituto?

José Carlos Braga - Em alguns momentos do Brasil houve "naturalmente" uma posição única, porque eram momentos fortes e necessários como o da luta contra ditadura e o da reconstituição da democracia, após a queda da ditadura. Mas hoje em dia a discussão está em torno de qual tipo de programa de

desenvolvimento nós queremos. Então, as divergências se explicitam. Hoje, dentro do Instituto de Economia, temos diferentes visões. Como o Instituto sempre se pautou por um debate intelectual e político muito intenso, o que acontece hoje é que essas divergências evoluem e serão explicitadas publicamente. Eu tomei a decisão e alguns outros colegas também de explicitar publicamente essas opiniões. E isso é saudável. Mostra a força intelectual e política do Instituto.

As bases do Instituto de Economia

Porque nós somos uma escola de economia política cuja força teórica está calcada nos estudos de Marx²⁴, Schumpeter²⁵, Keynes²⁶, Celso Furtado, Caio Prado²⁷, Florestan Fernandes²⁸,

²⁴ **Karl Heinrich Marx** (1818 - 1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no **Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia**. A palestra *A Utopia de um novo paradigma para a economia* foi proferida pela Prof.^a Dr.^a Leda Maria Paulani, em 23 de junho de 2005. O **Caderno IHU Idéias**, edição número 41, teve como tema *A (anti)filosofia de Karl Marx*, com artigo de autoria da mesma professora. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁵ **Joseph Alois Schumpeter** (1883 -1950): um dos mais importantes economistas do século XX. Nasceu no império Austro-Húngaro, atual República Checa, foi um entusiasta da integração da Sociologia como uma forma de entendimento de suas teorias econômicas (Nota da **IHU On-Line**)

²⁶ **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não-comunistas. De Keynes, publicamos um artigo e uma entrevista na 139ª edição, de 2 de maio de 2005, outra entrevista na 144ª edição, de 6 de junho de 2005, dois artigos na 145ª edição, de 13 de junho de 2005, e um artigo no **Cadernos IHU Idéias** número 37, de 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁷ **Caio Prado Júnior** (1907-1990): pensador e político, publica em 1942 sua obra mais importante, *A Formação do Brasil Contemporâneo*,

Sergio Buarque de Holanda²⁹, Conceição Tavares, e de todos esses autores que pensaram o capitalismo e a sociedade com muita força e liberdade intelectual. Creio que essa divisão de idéias é saudável. Porque o pensamento único emburrece. E a burrice não é privilégio nem da direita, nem da esquerda. Quando o pensamento vira único, a burrice toma conta. Eu vejo esse debate e essa explicitação pública como uma riqueza do nosso Instituto.

IHU On-Line - Por que o senhor considera discutível a afirmação de Ricardo Carneiro, quando ele diz que somos meramente produtores e exportadores de bens primários e não podemos nos conformar com isso. Que evidências empíricas

sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Seu livro criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada, sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. Essa obra foi apresentada no evento I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU, em 14 de agosto de 2003, pela professora Marica Eckert Miranda, da Unisinos, que concedeu uma entrevista ao *IHU On-Line* número 70, de 11 de agosto de 2003. (Nota do *IHU On-Line*).

²⁸ Florestan Fernandes (1920-1995): considerado o pai da sociologia brasileira, tem como principal obra o livro *A revolução burguesa no Brasil*. Esse livro foi apresentado no I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU, em 9 de outubro de 2003, pelo Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva, pesquisador na FEE, que concedeu uma entrevista ao *IHU On-Line* número 78, de 6 de outubro de 2003. (Nota do *IHU On-Line*).

²⁹ Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982): historiador brasileiro, também crítico literário e jornalista. Entre outros, escreveu *Raízes do Brasil*, de 1936. Obteve notoriedade através do conceito de "homem cordial", examinado nessa obra. A professora Dr.^a Eliane Fleck, do PPG em História da Unisinos, apresentou, no evento IHU Idéias, de 22 de agosto de 2002, o tema "O homem cordial: Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda" e no dia 8 de maio de 2003, a professora apresentou essa mesma obra no Ciclo de Estudos sobre o Brasil, concedendo, nessa oportunidade, uma entrevista a *IHU On-Line*, publicada na edição nº 58, de 5 de maio de 2003. (Nota da *IHU On-Line*)

existem no sentido de desmentir essa afirmação?

José Carlos Braga - Todas. O Brasil é um país que exporta aviões, celulares, automóveis, autopeças, etc. Sobre um país que tem esses itens de exportação não se pode dizer o que ele disse. Alguém da Unicamp tinha que dizer o contrário para não ficar parecendo que temos um "pensamento único e equivocado sobre um Brasil neo-primário-exportador". Aí foi a gota d'água! Tomei a decisão: o debate precisa deixar de ser interno à Unicamp. E o professor Ricardo que é um homem a favor do debate e, quero frisar, grande batalhador na evolução institucional da Unicamp, compreendeu meu posicionamento de forma civilizada como não poderia deixar de ser. Nós, além de produzirmos e exportarmos produtos primários, temos aumentado a nossa pauta de exportação de bens industrializados. Então, o professor Carneiro está equivocado.

IHU On-Line - O senhor fala da hipótese de que existe desde 1994, um novo padrão de desenvolvimento capitalista na economia brasileira coetâneo à globalização financeira. O que seria esse novo padrão de desenvolvimento capitalista tendo em conta a globalização ?

José Carlos Braga - Um padrão de desenvolvimento *capitalista* não pode ser confundido com processo de superação do subdesenvolvimento. O capitalismo não tem nenhum compromisso com a distribuição de renda, de riqueza, não tem nenhum compromisso com o pleno emprego. O capitalismo só tem um compromisso, como nós sabemos, que é com a geração de lucro. Deste ponto de vista, existe um novo padrão no Brasil. Com o real, foi resolvida a crise monetária. Foi fundada uma nova moeda, que cumpre as três funções básicas que eu citei antes. Quando essa moeda fraqueja, como fraquejou durante o governo FHC - 1998/1999, o FMI, os EUA, os países

desenvolvidos credores vêm e bancam essa moeda fazendo empréstimos em dólar. Mas, talvez, um dia os EUA e os outros não irão bancar. Por isso há um padrão instável e sujeito a crises, mas é um padrão. Eu diria que é um padrão do ponto de vista monetário, que é *neo-dependente-americano-associado*.

Privatizações e internacionalizações

Esse padrão também abarca a estruturação do sistema financeiro. Os bancos públicos estaduais foram privatizados. Poderiam em parte ter sido reestruturados e seriam mais um instrumento hoje a serviço do desenvolvimento. Hoje os bancos internacionais têm uma participação importante no sistema financeiro privado brasileiro, mas ainda não mostraram os benefícios prometidos. Poderão vir a fazê-lo num novo “modelo” de que falaremos à frente. Por outro lado, os bancos privados nacionais foram reorganizados e estão se mantendo muito bem e até comprando parte dos estrangeiros. E o sistema financeiro está pronto para financiar o investimento. O que falta é demanda, falta organizar publicamente o investimento estatal e privado com um determinado perfil de distribuição também.

Quem está bem e quem está mal nessa economia

As empresas que estão comandando essa economia estão muito bem. Quem não está bem nessa economia? São dois conjuntos importantes: as pequenas e média-pequenas empresas e a grande maioria da população. Mas, esta até que melhorou com as políticas sociais do governo Lula, o que não é suficiente, óbvio. Mas melhorou, a verdade é essa. As pessoas não querem reconhecer isso. Mas por que o presidente está bem, apesar dos problemas graves que o governo dele tem? Ele está bem porque está fazendo uma política de rendas que

está favorecendo o pessoal “de baixo”. As políticas sociais, como o bolsa-família, estão favorecendo. O povo não está “desavisado”. Se não estivesse a ser favorecido, o povo não estaria “direcionado” para o presidente Lula, apesar dos pesares. E bota pesares nisso!

As exportações evoluem bem

Outra característica do atual padrão: apesar de a taxa de câmbio estar valorizada, as exportações caminham muito bem no Brasil. Sim, é verdade que a explosão de crescimento internacional explica boa parte, mas é também porque as empresas brasileiras exportadoras e as multinacionais que estão no País, estão microeconomicamente preparadas para competir e têm uma certa estratégia de participação nos mercados tendo em conta a “divisão internacional de trabalho” em andamento. Por isso, elas exportam.

IHU On-Line - Quais as conseqüências de uma economia em que a taxa de câmbio é corrigida, a carga tributária reduzida, mas os juros praticamente não são reduzidos?

José Carlos Braga - Diante desse padrão que aí está, podemos usar de novo o “paradigma” Delfim Netto. Ele defende a redução da carga tributária, a correção da taxa de câmbio e a redução gradativa da taxa de juros. Quer reduzir gastos sociais para produzir superávit fiscal nominal para pagar juros e amortizar dívida pública! Quando diz isso é apenas para ajustar o padrão de desenvolvimento capitalista que acabei de descrever. E ponto final. Isso significaria aperfeiçoar esse padrão de desenvolvimento que está aí, padrão esse que é perverso do ponto de vista do conjunto da população. Dentro desse padrão a população fica a depender “eternamente” de programas como o bolsa-família. É um capitalismo, como

diz o economista José Roberto Afonso³⁰, do tipo Bolsa de Valores & Bolsa-Família. Não dá para continuar assim!

O projeto de desenvolvimento ideal

O conjunto da população precisa de um desenvolvimento do tipo idealizado por Celso Furtado que integre os âmbitos monetário-financeiro, produtivo-inovativo, distributivo, nacional e popular. Isso seria superar o subdesenvolvimento. Tão necessário quanto imensamente difícil. Fazer o quê? Continuar! Não se trata, portanto, de aperfeiçoar esse modelo que hoje existe. Nós temos que transformar esse padrão que aí está.

***IHU On-Line* - Então a melhor proposta de projeto de desenvolvimento para o Brasil de hoje seria o desenvolvimento furtadiano?**

José Carlos Braga - Ah, sim. É uma pena que ele já tenha ido, porque a esquerda está ainda por reformular uma proposta. Nós só temos tido propostas muito limitadas, como essa de aperfeiçoar esse modelo perverso neo-dependente-americano-associado. Mas, a Conceição Tavares tem organizado os Seminários do Centro Celso Furtado que têm levado adiante os debates e os ideais do mestre enquanto a história segue aberta.

³⁰ **José Roberto Afonso**, economista brasileiro(Nota da *IHU On-Line*)

Brasil não possui um modelo de desenvolvimento

Entrevista com Ricardo Carneiro

O Instituto de Economia da Unicamp publicou semana passada estudos que fazem parte da sétima edição do boletim eletrônico Política Econômica em Foco, produzido por pesquisadores do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon). Trata-se de uma abrangente análise da política econômica do governo Lula.

O economista e professor da Unicamp, Ricardo Carneiro, aceitou conversar por telefone com a *IHU On-Line* sobre o documento. Na entrevista, Carneiro mostra que o governo Lula não tornou sustentável suas medidas e que não houve um modelo de crescimento. Carneiro concedeu entrevista à 125ª edição da *IHU On-Line* com o título O governo ignora a retomada do debate desenvolvimentista.

***IHU On-Line* - O que é o sistema *Stop and Go* que alguns economistas usam para caracterizar o capitalismo?**

Ricardo Carneiro - Essa idéia do *Stop and Go* pode ser tomada a partir do seguinte sentindo: temos um processo, em geral de baixo crescimento, e além desse crescimento ser baixo ele é muito volátil. Isso tanto quando olhamos o produto quanto à taxa de investimento - a principal variável de crescimento. Então a caracterização empírica do *Stop and Go* é isso, baixo crescimento do produto e do investimento com alta volatilidade. Isso é uma demonstração de que não temos um modelo de crescimento implantado nesta economia, que se move em função do cenário internacional, mais ou menos favorável, quanto de manejo da política macroeconômica de juros e câmbio. No fundo, são por essas razões que temos o *Stop and Go*.

***IHU On-Line* - Quais foram as conclusões mais importantes das análises realizadas sobre os três primeiros anos do governo Lula?**

Ricardo Carneiro - Eu destacaria

algumas conclusões: a **primeira** acabamos de abordar na primeira questão: não transitamos no governo Lula, digamos assim, por um novo modelo de crescimento. Ele não existia e continua não existindo, portanto o processo ainda é de *Stop and Go*. A **segunda** conclusão é que tivemos alguns ganhos do ponto de vista de vários indicadores, vulnerabilidade externa, fragilidade fiscal, distribuição de renda, enfim, de fato esses ganhos existiram, mas como não foi implantando um novo modelo de crescimento esses ganhos não são sustentáveis, porque quem produziu esses ganhos foi a mudança de cenário internacional. Os ganhos houveram, mas não foram sustentáveis. Existem ganhos quanto à vulnerabilidade externa, situação fiscal e distribuição de renda. Na vulnerabilidade externa, nós achamos que houve ganhos quando olhamos para as exportações. Mas isso esteve muito associado à dinâmica do comércio internacional.

Do ponto de vista financeiro, nós discordamos muito das análises que dizem que temos menos

vulnerabilidade. Achemos que temos mais, primeiro por uma razão mais ampla, o grau de abertura da economia brasileira está maior, temos uma série de modificações que ampliaram a abertura, unificação dos mercados de câmbio, transações mais diretas, permissão de investimentos estrangeiros. No entanto, temos também um aumento dos investimentos de curto prazo da economia brasileira, o que se chama de investimento de portfólio, o investimento de carteira, como bolsa de valores, e o dado mais importante disso, desse investimento de curto prazo, são os chamados mercados de derivativos, câmbio e juros. Então não acreditamos que tenhamos tido uma melhora sustentável.

Do ponto de vista da vulnerabilidade externa, a política cambial é central. Fazer um sistema de câmbio fixo eu não sei se dá, mas uma administração da taxa de câmbio tem que se fazer, sobretudo neste sentido de reduzir a volatilidade, manter o câmbio dentro de determinados padrões, e isso só se faz se puser areia na engrenagem, não deixa ter tanta entrada de capitais especulativos.

Questões fiscais

Na questão fiscal, existe, de fato, uma queda da dívida pública em relação ao PIB. Há uma redução da dívida indexada ao câmbio. Aparentemente temos um ganho, mas novamente digo, não foi sustentável. Houve um encurtamento do prazo de vencimento da dívida. Então qualquer mudança no cenário macroeconômico pode desestabilizar a economia. Se tudo ficar bem, a economia fica bem, se for ao contrário... ou seja, temos que ter uma economia mais resistente.

Sobre o ajuste fiscal, porque se aumentou o superávit primário, pagou mais a dívida, mas isso foi feito com aumento de carga tributária, pelo lado da arrecadação e com cortes dos investimentos pelo lado dos gastos. Esse não é um padrão que seja bom para a

sustentação do crescimento. Amanhã se tiver que aumentar os juros como se vai proceder? Cortar mais investimentos? Cortar gastos que promovem a distribuição da renda? Quanto à distribuição de renda, aconteceram melhoras e ela aconteceu por algumas razões. Uma delas foi crescimento do emprego. De fato, a economia industrial cresceu muito baseada nas exportações, e isso aumentou o emprego, que respondeu muito ao crescimento da produção. Isso, porém, não é suficiente, pois o mercado de trabalho do Brasil está muito deteriorado, para aumentar os rendimentos. Os ganhos de rendimento aconteceram muito em função da valorização da taxa de câmbio, que é uma razão que faz, num segundo momento, o emprego crescer menos. Então temos uma contradição entre o crescimento do emprego e o ganho de salário real. Uma outra parte da questão da distribuição da renda são as políticas sociais: ou a economia volta a crescer mais forte ou não vamos dar conta deste problema, porque aí começamos a ver os conservadores falando que os gastos correntes estão muito elevados, etc. Se a economia crescer 5%, o peso disso diminui no orçamento, ou seja, nos quatro pontos importantes apresentados: crescimento sustentado, vulnerabilidade externa, questão fiscal e distribuição da renda, nós achamos que houve um certo ganho, mas que ele não se deve a mudanças profundas e são reversíveis.

IHU On-Line: - Mas como podemos tornar esse quadro sustentável?

Ricardo Carneiro - Essa é uma boa pergunta, depois que a porta está arrombada o que podemos fazer? Eu acho que o Brasil não se pode dar o luxo de ter uma taxa de câmbio tão apreciada e nem ter tanta volatilidade, flutuação na taxa de câmbio, pois isso é uma péssima sinalização para as exportações, para investimentos estrangeiros. E a outra questão é a excessiva abertura financeira que temos na economia brasileira.

Temos que arranjar um método de pôr areia na engrenagem pra evitar essa absorção excessiva de capitais especulativos. Temos que mudar a política.

***IHU On-Line* - E quais seriam os pontos cruciais para serem revistos na economia brasileira?**

Ricardo Carneiro - Eu diria que são duas coisas: juros e câmbio. Os dois são irmãos siameses.

***IHU On-Line* - Em que medidas os movimentos sociais podem mudar este estado da economia?**

Ricardo Carneiro - É a única aposta que temos, que os movimentos sociais e alguns partidos façam essas mudanças. Ao mesmo tempo, contudo, o PT foi ao poder e não fez a mudança. Numa conjuntura que poderia ter facilitado com um prestígio muito grande do Presidente Lula, com o apoio da população e do ponto de vista econômico com uma situação internacional muito favorável. Talvez reste aos movimentos sociais resistir, mas eu não sou muito otimista nestas questões.

***IHU On-Line* - Dos possíveis candidatos que se anunciaram para a Presidência da República, o senhor visualiza alguma mudança?**

Ricardo Carneiro - Não, não vejo. Acho que a eleição está claramente polarizada entre o Lula e o Alckmin. O Alckmin é um candidato de perfil ainda mais regressivo, provavelmente vai querer modificações no sentido de abrir mais a economia, de privatizar etc. O Lula não fará isso, mas também não avançará em outras direções. Não fico satisfeito com nenhum dos dois.

***IHU On-Line* - O senhor poderia comentar as críticas feitas pelo seu colega José Braga sobre o relatório publicado?**

Ricardo Carneiro - Eu não gostaria de discutir esse assunto. Não é algo que tenha uma diferença significativa, tem tanta gente para polemizar fora da Unicamp, o pessoal da direita, os banqueiros... As divergências aqui são muito menores que fora.

Destaques da semana

Teologia Pública	pg. 42
Deu nos jornais	pg. 51
Frases da semana	pg. 53
Destaques on-line	pg. 54

Mulheres no cristianismo

Traduzimos e publicamos dois artigos do teólogo espanhol Juan José Tamayo. Ambos foram publicados no jornal espanhol *El País*, nos dias 13 e 21 de maio, respectivamente. O primeiro artigo apresenta o livro da teóloga Karen King, *The Gospel of Mary of Magdala: Jesus and the First Woman Apostle*, 2003 e agora traduzido para o espanhol e o segundo é uma reflexão teológica sobre o papel das mulheres, especialmente, *Maria de Magdala, nos primórdios do cristianismo*. E, por fim, traduzimos e publicamos o artigo A Maria Madalena bíblica, da teóloga alemã Elisabeth Moltmann-Wendel.

Maria de Magdala, Jesús y la primeira apóstol. Barcelona: Poliedro, 2006. Esta obra, escrita por Karen King, rompe totalmente com o discurso dominante acerca das origens hierárquico-patriarcais do cristianismo e das concepções uniformistas desta religião.

O artigo a seguir foi escrito por Juan José Tamayo e publicado em 13 de maio de 2006 no jornal espanhol *El País*. Tamayo é diretor da Cátedra de Teologia e Ciências das Religiões, da Universidade Carlos III de Madri, e autor de *Fundamentalismo y diálogo entre religiones*. Madri: Trotta, 2004 e *Nuevo diccionario de teología*. Trotta, Madri, 2005. De Tamayo, publicamos a entrevista que nos concedeu na edição 129^a da *IHU On-Line*, de janeiro de 2005, sob o título *Refundando a Teologia da Libertação*, um artigo sobre Dom Oscar Romero, na 133^a edição, de 21 de março de 2005, e outro artigo sobre pluralismo religioso, na 147^a edição, de 27 de junho de 2005. A edição 156, de 19 de setembro de 2005 trouxe na editoria *Teologia Pública* o artigo *O diálogo inter-religioso e a aliança de civilizações*, escrito por Tamayo e por nós traduzido do jornal *El País*, de 11 de setembro de 2005.

Maria de Magdala, Jesus e a primeira apóstola

Por Juan José Tamayo

Em janeiro de 1896, o doutor alemão Karl Reinhardt³¹ comprava, no mercado de antiguidades do Cairo, um livro em papiro, escrito em copta, em princípios do século II, - a autora é uma mulher? Talvez - que tem revolucionado as investigações sobre o cristianismo primitivo, especialmente no que se refere ao protagonismo das mulheres nas primeiras comunidades; protagonismo que contrasta com a invisibilidade e a marginalização de que hoje elas são objeto nas igrejas cristãs. Depositou-o no Museu Egípcio de Berlim. O egiptólogo Carl Schmidt levou a termo a edição crítica e a tradução alemã. Após muitos percalços, entre eles as duas guerras mundiais e as importantes descobertas de Nag Hammadi³², aparecia, em 1955, a primeira edição em língua alemã. Faltavam ao documento as seis primeiras páginas e mais quatro centrais. Tratava-se de *O Evangelho de Maria*, do qual Karen King³³, catedrática na Universidade de Harvard, oferece uma nova tradução e um estudo rigoroso, cujo resultado é uma nova interpretação da mensagem de Jesus, alternativa à do discurso dominante.

³¹ **Karl Reinhardt** (1886-1958): filólogo alemão. (Nota da *IHU On-Line*)

³² **Nag Hammadi**: aldeia egípcia, conhecida como Chenoboskion na Antigüidade, cerca de 225 km ao noroeste de Assuan, com aproximadamente 30 mil habitantes. Nesta aldeia, foram encontrados, em 1945, manuscritos que ficaram conhecidos como biblioteca de Nag Hammadi, contendo textos do antigo gnosticismo. (Nota da *IHU On-Line*)

³³ **Karen King**: leciona História da Igreja na Harvard Divinity School. Escreveu diversos livros, entre eles, *The Gospel of Mary of Magdala (2003)*, *What Is Gnosticism?*, e *Revelation of the Unknowable God e neste ano, 2006, The Secret Revelation of John*. (Nota da *IHU On-Line*)

O texto atual de *O Evangelho de Maria* descreve o diálogo de Jesus com os discípulos após a ressurreição, sobre o fim do mundo, a natureza do pecado e a salvação. Entre eles, Maria de Madalena, que, após o desaparecimento de Jesus e ante a perturbação de seus irmãos, lhes apresenta os ensinamentos que ela mesma recebeu do Senhor numa visão. Ante o relato de Maria, os discípulos reagem de distinta forma. Pedro e André negam que ela tenha sido interlocutora de Jesus e acusam-na de mentir. Levi, em troca, defende-a e repreende Pedro pelo trato tão displicente que deu a Maria: “Se o Salvador a tornou digna, quem és tu para rechaçá-la? É um fato de que não se pode duvidar, que o Salvador a conhecia profundamente. Por isso, amou-a mais que a nós. O que deveria envergonhar-nos”. A atitude displicente de Pedro para com Maria vem coincidir com o intento de Paulo de calar as mulheres na assembléia cristã (1 Cor 14, 34).

O texto recupera um cristianismo desconhecido ou esquecido, talvez intencionalmente, e vem quebrar o discurso dominante sobre as origens hierárquico-patriarcais do cristianismo, da sucessão apostólica e do cristianismo uniforme. Mesmo contando com as elaborações imaginárias, este Evangelho oferece uma aproximação histórica mais rigorosa do que a do relato dominante. Desaparece a idéia de Maria Madalena como prostituta, tão presente no imaginário cristão, e aparece outra imagem bem distinta, a de Maria como mestra, discípula exemplar e consoladora, como líder e primeira apóstola, em comunicação direta com o Salvador por meio de uma pedagogia dialógica. *O Evangelho de Maria* põe em

questão, e mais ainda, nega o poder ilegítimo que se arrogam os discípulos varões e defende com argumentos sólidos a liderança das mulheres na comunidade cristã e sua relação direta com Jesus, sem a mediação patriarcal. Supera a imagem de um cristianismo

idílico e uniforme e descreve um cristianismo caracterizado pelas diferenças e pelos conflitos. E, o mais importante, não estabelece discriminação alguma por razões de gênero.

Isto não é ficção: Maria Madalena foi uma pioneira

Jesus Cristo esteve rodeado de um movimento de mulheres que tentavam emancipar-se do esquema patriarcal.

Por Juan José Tamayo

As primeiras seguidoras de Jesus eram galiléias que se reuniam para comer, orar e refletir sobre religião e com o sonho de libertar a mulher em Israel. A atividade das mulheres foi determinante para que o movimento de Jesus continuasse após sua execução e se estendesse para fora do mundo judaico. Durante as últimas décadas, está se produzindo um forte movimento de recuperação da figura de Maria Madalena por parte de especialistas do Novo Testamento, de preferência mulheres que lêem os textos sob a perspectiva de gênero, de historiadores e historiadoras que levam a cabo uma reconstrução não-patriarcal dos primeiros séculos do cristianismo e da teologia feminista, com sua lúcida e certa hermenêutica da suspeita. Um papel fundamental nesta recuperação tem desempenhado os evangelhos chamados *apócrifos*, sobretudo os de caráter gnóstico, entre os quais cabe citar o Evangelho de Tomás, o Evangelho de Filipe, o Evangelho de Maria e Pistis Sophia. Também estão influenciando, e de maneira decisiva, pelo menos no imaginário religioso e social, algumas obras de ficção, centradas na relação amorosa entre Jesus e Maria Madalena, sobre a qual os textos dizem muito

pouco e quase tudo é produto da imaginação. Entre estas obras cabe destacar a novela do escritor grego Nikos Kazantzakis (1885-1957), *A última tentação de Cristo*³⁴, de grande qualidade literária, levada ao cinema sob a direção de Martin Scorsese, e, mais recentemente, *O código Da Vinci*³⁵, de escasso valor literário, também convertida em película cinematográfica, que acaba de estrear e que está provocando um aluvião de condenações por parte de instituições católicas e do próprio Vaticano.

³⁴ **A última tentação de Cristo:** filme dirigido por Martin Scorsese com base no livro de Nikos Kazantzakis. Dentro da programação da Páscoa de 2006, o IHU exibiu esse filme em 25 de março, comentado pela MS Ana Maria Formoso, na série **Jesus no Cinema**. Sobre o assunto, confira a entrevista com Formoso na edição 172, de 20 de março de 2006, intitulada *O Jesus humano de Scorsese*. (Nota da **IHU On-Line**)

³⁵ **Código da Vinci:** filme dirigido por Ron Howard, estreou em 19 de maio no mundo todo. Na edição 181, de 22 de maio de 2006, A **IHU On-Line** publicou uma entrevista com o reitor da PUC-Rio, o jesuíta Jesús Hortal, intitulada *A polêmica de O Código da Vinci*, originalmente veiculada na página eletrônica do IHU, www.unisinos.br/ihu, editoria *Notícias Diárias* em 20 de maio de 2006. Na mesma edição o Prof. MS. Gilmar Hermes resenha o filme para a revista. O filme baseia-se no livro homônimo de Dan Brown, publicado no Brasil em 2004 pela Sextante. (Nota da **IHU On-Line**)

Minha reflexão não segue os roteiros da ficção. É apenas uma tentativa de reconstrução histórica da figura de Maria Madalena nos primeiros séculos do cristianismo. Para isso, começarei pelo movimento de Jesus, do qual ela fez parte de maneira muito destacada.

Um movimento igualitário

As atuais investigações sociológicas, de história social, de antropologia cultural e hermenêutica feminista sobre as origens do cristianismo situam o grupo de seguidores e seguidoras de Jesus no horizonte dos movimentos de renovação do judaísmo do século I, junto com os essênios, terapeutas, penitenciais e outros. Também o localizam dentro dos movimentos que lutaram contra a exploração patriarcal nas distintas culturas: grega, romana, asiática e judaica. Na história de Israel, houve intensas lutas protagonizadas por mulheres que desempenharam um papel político e cultural muito importante.

As primeiras seguidoras de Jesus eram mulheres galiléias, que se reuniam para refeições comuns, eventos de oração e encontros de reflexão religiosa, com o sonho de libertar toda a mulher em Israel. Foi precisamente essa corrente emancipatória do domínio patriarcal que possibilitou o nascimento do movimento de Jesus como discipulado igualitário de homens e mulheres, no qual estas desempenharam um papel central e não puramente periférico. A presença e o protagonismo das mulheres em dito movimento, reconhece a teóloga Elisabeth Schüssler Fiorenza³⁶, foi da maior importância para a práxis de solidariedade na base. Sua atividade foi determinante para que o movimento de Jesus continuasse depois da execução do

³⁶ Elisabeth Schüssler Fiorenza: Teóloga alemã e uma das precursoras da Teologia Feminista. É autora de, entre outros, *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992 e *In memory of her. A feminist theological reconstruction of christian origins*. Crossroads: New York, 1992. (Nota da *IHU On-Line*)

fundador e se estendesse fora do mundo judaico.

As diferentes tradições evangélicas coincidem em assinalar que estas mulheres foram protagonistas em momentos fundamentais no começo, na Galiléia, perto da cruz, no Gólgota e na ressurreição, como primeiras testemunhas. A maioria das vezes, citam-se três nomes de mulheres dentro em um grupo feminino numeroso. É a mesma tendência seguida no caso dos varões (Pedro, Tiago e João). Com isso, pretende-se mostrar o lugar destacado que umas e outros ocupam na comunidade.

A mulher que aparece quase sempre citada em primeiro lugar no grupo das amigas de Jesus é Maria Madalena, que toma o nome de seu lugar de origem, Magdala, pequena cidade pesqueira da costa oriental do lago da Galiléia, entre Cafarnaum e Tiberíades. Ela é discípula de primeira hora, pertence ao grupo mais próximo de Jesus, ocupa nele um lugar proeminente, faz o mesmo caminho do Mestre até Jerusalém, compartilha do seu projeto de libertação e de seu destino. As mulheres que seguem Jesus costumam ser citadas nos evangelhos em referência a um varão; Maria Madalena, não: uma prova a mais de sua independência de toda a estrutura patriarcal.

A fidelidade ou infidelidade a uma causa e a uma pessoa se demonstra quando se está em má situação, na hora da perseguição e do sofrimento. Quando Jesus é condenado à morte, os discípulos varões fogem por temor de serem identificados como membros de seu movimento e terem a mesma sorte que ele. Somente as mulheres, que o haviam seguido desde a Galiléia, o acompanham no caminho para o Gólgota e estão ao seu lado na cruz. No grupo de mulheres, os evangelhos chamados *sinóticos* (Marcos, Mateus e Lucas) citam Maria Madalena em primeiro lugar. Ela é a discípula fiel, não de um Messias triunfante, mas de um crucificado por

subversão da ordem estabelecida, tanto religiosa como política.

Testemunha da ressurreição

Os distintos relatos evangélicos coincidem em apresentar as mulheres como testemunhas da ressurreição e Maria Madalena como a primeira entre elas. É precisamente ela quem comunica a notícia aos discípulos, os quais reagem com incredulidade. Madalena cumpriu as três condições para ser admitida no grupo apostólico: ter seguido Jesus desde a Galiléia, ter visto Jesus ressuscitado e ter sido enviada por ele para anunciar a ressurreição. O reconhecimento de Maria Madalena como primeira testemunha do Ressuscitado explica seu protagonismo no cristianismo primitivo, no mesmo nível que Pedro, e até maior em algumas igrejas. Sem embargo, nas cartas paulinas e em outros escritos do Novo Testamento, o testemunho das mulheres já não aparece, e Maria Madalena é substituída por Pedro. Isso se deve a que a Igreja estava começando a submeter-se ao domínio masculino, que rapidamente começou a suprimir o importante papel que Jesus recomendou às mulheres.

O silêncio de Paulo e de outras tradições neotestamentárias da aparição de Jesus a Maria Madalena e a outras mulheres levou diretamente à sua exclusão dos âmbitos de responsabilidade comunitária. Apesar desse silêncio, contudo, as mulheres constituem a referência indispensável da transmissão da mensagem evangélica e, mais ainda, o elo para o nascimento da comunidade cristã. Sem o testemunho das mulheres, hoje não haveria igreja cristã.

Interlocutora preferencial

Nos diálogos de revelação dos evangelhos apócrifos de tendência gnóstica, Maria Madalena aparece como interlocutora preferencial do Cristo ressuscitado e irmã de Jesus, discípula predileta e companheira do Salvador.

Essa posição privilegiada provoca ciúmes em alguns apóstolos, especialmente em Pedro, que, segundo o apócrifo Pisis Sophia, reage nestes termos:

“Mestre, não podemos suportar Maria Madalena, porque ela nos tira todas as ocasiões de falar, e a todo momento está perguntando e não nos deixa intervir”.

Apóstola de apóstolos é o título que dá Hipólito de Roma³⁷ a Maria Madalena, o qual não considera as mulheres como mentirosas, mas como portadoras da verdade, e chama-as apóstolos de Cristo. Na mesma linha, expressa-se São Jerônimo³⁸, que reconhece a Maria Madalena o privilégio de ter visto o Cristo ressuscitado “inclusive antes do que os apóstolos”. Sem embargo, com o processo de patriarcalização, clericalização e hierarquização do cristianismo, Maria de Magdala foi relegada ao esquecimento e, mais ainda, representada como a penitente e a serva de Jesus, em agradecimento por haver dela expulsado os maus espíritos. Melhor sorte teve Maria de Nazaré, mãe de Jesus, que foi declarada Mãe de Deus, elevada aos altares e tratada quase com honras divinas.

Vinte séculos mais tarde, volta-se a fazer justiça a Maria Madalena. O que falta é vencer as resistências do pensamento androcêntrico e da organização patriarcal da maioria das Igrejas cristãs, e recuperar, na prática, a tradição do movimento de Jesus como discipulado de iguais, embora não como clones.

³⁷ **Hipólito de Roma** (160-235 d. C.): grande teólogo romano, presbítero e defensor extremado da fé católica. Fez oposição acirrada ao papa Zeferino, que na sua opinião, não estava suficientemente preparado para detectar e denunciar as heresias que atentavam contra a Igreja de Roma. Hoje é venerado como santo. (Nota da *IHU On-Line*)

³⁸ **São Jerônimo** (340 – 420 d. C.): conhecido sobretudo como tradutor da Bíblia do grego e hebraico para o latim. A edição de São Jerônimo, a *Vulgata*, é ainda o texto bíblico oficial da Igreja Católica Romana, que o reconhece como Padre da Igreja (um dos fundadores do dogma católico) e ainda doutor da Igreja. (Nota da *IHU On-Line*)

A Maria Madalena Bíblica

Por Elisabeth Moltmann-Wendel

Com o thriller *O código da Vinci* retorna Maria Madalena, mas retorna em sua fantasiosa história, muito comentada nestes dias. Mas, a figura de Maria de Magdala tinha sido redescoberta pela *Pesquisa das mulheres* no âmbito da teologia feminista. Aqui reproduzimos algumas páginas documentadas pela teóloga Elisabeth Moltmann-Wendel, no livro dedicado a **Le donne che Gesù incontrò** [As mulheres que Jesus encontrou] Brescia: Queriniana, 1989, 2000 em terceira edição.

Elisabeth Moltmann-Wendel, se formou em Berlim e na Göttingen Evangelische Theologie. É autora de vários livros na área Mulher-Teologia- Feminismo- Teologia feminista.

Maria Madalena se chama, na verdade, somente Maria, e seu apelativo deriva de seu lugar natal, Magdala, uma operosa cidadezinha à margem do lago de Genesaré, onde o comércio era florescente. Uma grande indústria pesqueira ocupava os habitantes, gerando bem-estar e variedade de vida. Para quem vive, porém, a vida entre véus negros, para quem sofre de perturbações de consciência, crises e depressões, um lugar semelhante a esse é uma dolorosa contraposição à própria realidade.

Maria Madalena sofria de uma grave doença mental e fazia parte daquelas mulheres que ingressaram na comitiva de Jesus após uma cura. Se tentarmos imaginar-nos a cura, pode ser que ela tenha ocorrido de maneira semelhante a outras curas. Jesus a tocou, talvez a tenha abraçado, feito levantar-se, como fizera com sogra de Pedro, com febre, ou com aqueles que eram possuídos por demônios. Falou-lhe e ela sentiu tangivelmente proximidade e contato. O seu isolamento cessou, graças às palavras encorajadoras de Jesus. Tornou-se novamente ela mesma, livre para experimentar sentimentos, tomar

decisões e viver de novo o mundo em torno dela; livre para alegrar-se e aprender a viver de um modo novo. Não retorna, todavia, à sua velha situação: deixa Magdala, sua cidade natal, cujo nome, no entanto, a acompanhará sempre. A cura da enfermidade se transformou para ela em salvação: sente a salvação e se sente bem. As duas coisas são entrelaçadas uma na outra, e ela faz perceber tal salvação ao grupo de Jesus; comunica-lhes o seu bem-estar.

As coisas ocorrem diversamente para os homens, que são arrancados do seu trabalho para iniciar uma vida itinerante. Não temos conhecimento de nenhuma cura de discípulos que se tenha transformado numa vocação. Lucas conta também de outras mulheres curadas por Jesus, que o seguem, e Marcos descreve a cura da sogra de Pedro, o qual, em consequência, “serve” Jesus, isto é, segue o seu estilo de vida. As mulheres são tocadas pela seqüela na sua inteira existência. Dão-se integralmente e consagram-se ao novo.

Este “servir” é contado também no caso de Maria Madalena: como Jesus a serviu, assim ela o serve agora. Veremos, a seguir, quão pouco este servir do primeiro grupo das mulheres tem a ver com o moderno servir atribuído como específico ao sexo feminino. Para entender Maria Madalena, devemos ter presente quão estritamente tal servir esteja ligado à troca recíproca de contatos físicos, de vizinhança humana, de calor corpóreo e de presença terapêutica.

Atitude de comando

Nas fantasias dos homens, ela aparece em geral núbil, jovem e bela. Talvez, porém, já estivesse avançada em anos, tivesse um matrimônio atrás de si, do qual provinha o dinheiro com o qual ajudava o movimento de Jesus e trazia os sinais da doença apenas superada. Não o sabemos. Em todo o caso, deve ter havido fascínio, calor e compreensão humana, seja que sua atração tenha sido a de uma mulher jovem ou a de uma anciã. De outra forma, como teria conseguido reunir um grupo de mulheres obstinadas, de diversas idades, separadas de suas famílias? Todos os quatro evangelhos citam sempre em primeiro lugar o seu nome, quando falam do grupo das mulheres. Podemos, por isso, pressupor que ela tenha tido um papel primário e que tenha agido como elemento integrante. Podemos facilmente imaginar quantos conflitos deva ter havido entre as mulheres que haviam renunciado aos laços familiares, entre o grupo dos homens e das mulheres e, não por último, com o mundo exterior, para o qual a presença daquelas mulheres era uma provocação.

Maria Madalena tem atitude de comando e, segundo o evangelho de Lucas (*Lc 8,3*), levou consigo um patrimônio. Como no caso de Joana, por seu intermédio chega ao interior do movimento de Jesus, ligado à classe média, algo de cidadão. As mulheres

judias, por primeira vez sem a proteção da família patriarcal, se dispõem às suas ordens. Ela é hábil, age de modo convincente. Sabe falar, e não lhe é difícil ser uma autoridade. Dos evangelhos se percebe mais tarde como o aumento de tal soberania sempre tenha incomodado os discípulos e, sobretudo Pedro.

Entre a cura e a crucifixão de Jesus, não ficamos sabendo de mais nada. Talvez o seu corpo debilitado se fortaleça com a vida itinerante. Em todo o caso, vive do entusiasmo e da firma convicção que o tempo da salvação chegou, e todas as ilusões que começam a atormentar os discípulos não a atingem. Os evangelhos que, aliás, dão preferência a cada uma das diversas heroínas, são concordes em narrar que ela estava sob a cruz com as mulheres, que estava presente ao sepultamento e que chegou por primeiro ao sepulcro na manhã de páscoa.

E com isso inicia sua particular relação com Jesus. No interior do grupo privilegiado de mulheres, há, ainda uma vez, uma posição particular. Jesus ressuscitado aparece a ela e lhe confia a tarefa de referi-lo ao grupo dos discípulos. A este encontro Mateus acrescenta ainda a presença da “outra Maria”, mas, tanto o autor do último capítulo de Marcos, como João contam um único e sensacional encontro entre Jesus e Maria Madalena, que inaugura o seu papel especial para todos os tempos.

Enquanto Maria Madalena e as mulheres ainda sentem a vizinhança física de Jesus, permanecem inabaláveis em sua fidelidade e em sua capacidade de resistir. O corpo moribundo, morto, o corpo a sepultar e ungi-lo a ele. A gélida perturbação inicia somente quando elas, na manhã de páscoa, chegam ao sepulcro e não encontram mais o corpo de Jesus.

Somente a partir desta relação especial, humana e pessoal com Jesus, torna-se compreensível, a meu ver, o encontro de Maria Madalena com o Ressuscitado. João, que privilegia os amplos diálogos entre Jesus e as mulheres, representa a cena – sempre de novo reproduzida em quadros – que se desenvolveu junto ao sepulcro. Maria Madalena, completamente só, em lágrimas, ouve uma voz que lhe pergunta por que chora. Credo que se trata do jardineiro, lamenta-se que o corpo do seu Senhor tenha sido levado embora. Somente quando Jesus a chama pelo nome, “Maria”, ela o reconhece e solta um grito: “Mestre!”

“Não me toque! Ainda não voltei ao meu Pai.”

Até agora, é tudo compreensível, razoável, claro. Mas, aí chega a frase estranha, fria, antipática, que destrói todo o sentimento de felicidade que estava retornando: “Não me toque! Ainda não voltei ao meu Pai”. Os teólogos que se afadigaram em torno desta cena, atenuaram-na, entendendo-a positivamente, vista em lógica contradição com os outros encontros do Ressuscitado, por exemplo, com aquele no qual Tomé é convidado a pôr a mão na ferida que Jesus tem no peito, ou com aquele, no qual as mulheres lhe abraçam os pés. No moralismo do século dezenove até se fez referência à periculosidade sexual de tal contato.

Não é possível ocultar o *choque* que tais palavras trazem consigo. Não se trata mais de Jesus ternamente próximo, não se pode mais tocar e ungi o seu corpo: ele não se deixa mais trazer de volta e reter. Maria Madalena não pode mais abraçá-lo espontaneamente.

A continuidade que as mulheres desejam é interrompida. A ingenuidade da fé e da confiança infantil está morta. Não fala o velho Adão, do qual fala a dogmática masculina, tão pouco convincente para as mulheres. Trata-se, antes, de um elemento de imediatismo,

de inteireza, de resolução, de espontaneidade, e de um elemento de fidelidade e de perseverança infantis. Um elemento de confiança, nesta terra, na imortalidade e na vida eterna.

Maria Madalena viveu, como nenhum outro, a salvação de modo corpóreo. Amou Jesus pessoalmente, sem ele a vida não lhe parecia vivível. Demonstrou possuir tenacidade e saber estar de pé. Jamais duvidou dele, mas agora começa a confundir-se. Não é o Messias morto que a faz desesperar, mas somente o fato que o corpo de Jesus tenha desaparecido. Aqui experimenta a morte, a quebra da sua existência.

Gostaria de traduzir o “Não me toque!” por “Amadurece! Cresce! Aceita a dor da separação!”.

“Por que procurais entre os mortos aquele que vive?“, pergunta o anjo às mulheres no evangelho de Lucas. É a mesma mensagem, e significa: “Onde procurais a continuidade, ali está a morte. Onde vos mudais a vós mesmos, ali está a vida”. O “pecado” feminino não é o orgulho, mas a obstinada adesão. A fé espontânea das crianças, embora possa parecer sólida e durável, deve transformar-se e enfrentar a dor da separação. Somente assim se pode crescer e amadurecer.

A voz ainda é próxima e familiar e nesta voz Jesus é ainda o mesmo. E, com esta voz ele lhe confia uma tarefa que não elimina a distância, mas que a torna compreensível: o seu Deus é ainda o Deus de todos eles; o seu Pai é ainda o Pai de todos eles. A mudança que parecia insuportável se torna agora suportável. Maria Madalena deve ir contar sobre a nova distância e a nova proximidade. Dor e medo a acompanham: as coisas não são mais como eram antes, mas, esperam-na uma nova tarefa e uma nova comunidade.

Refletiu-se pouco, até agora, sobre as experiências de Deus vividas pelas mulheres. No início da experiência dos discípulos está a traição, e a dialética da teologia masculina se baseia sempre sobre as dialéticas traição-conversão. No início da experiência de Maria Madalena, está a cura corporal. A ela aconteceu a totalidade. É acolhida de corpo, alma e espírito na comunhão com Jesus. Por isso não foge, por isso permanece. E por isso se desespera quando esta vizinhança não é mais perceptível. No encontro com o Ressuscitado, ela vive a dor. A dor que as coisas velhas passam, que nada é repetível e que somente assim pode acontecer o novo. O conflito da mulher, a dialética feminina, que não é inata, mas antes inculcada, e que diz respeito a experiências sociais, está entre o deter e o deixar andar, entre o persistir e o descerrar.

Maria Madalena é considerada como o primeiro apóstolo. Como primeira, anunciou o Evangelho de Jesus Ressurgido. Isso se conservou até a Idade Média, mas o que foi esquecido foi a sua mensagem. Junto à teologia e à experiência patriarcal chega hoje a teologia e a experiência das mulheres. O que tem a nos dizer a mulher curada que reúne em si amizade e dedicação, *eros* e *ágape*? Que se mantém ligada a esta terra e às suas relações até o último e que exaure todas as suas esperanças? Que experimenta a ressurreição no fato de descobrir que não devemos nos fossilizar neste âmbito, e sim aprender a abrir-se a uma nova comunidade. A teologia de Maria Madalena ainda não foi escrita. Talvez o conseguirão as mulheres de hoje.

Deu nos jornais

Diariamente a página do IHU (www.unisinos.br/ihu), editoria *Notícias Diárias*, apresenta uma síntese das notícias com base nos principais jornais do País e do exterior. Abaixo algumas notícias selecionadas, extraídas desse link do sítio do IHU.

Nesta semana, o debate sobre o modelo do desenvolvimento econômico voltou à baila. O debate iniciou com a entrevista de Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Unicamp, ao Jornal da Unicamp, publicada na edição 324, de 22 a 28 de maio de 2006, e reproduzida nas *Notícias Diárias* do dia 26 de maio de 2006. O debate continuou com a entrevista do ex-presidente do IEDI, Ivoncy Ioschpe, afirmando que a atual política econômica está esgotada. A íntegra da entrevista pode ser lida nas *Notícias Diárias* do dia 26 de maio. O debate se espalhou pela internet e as *Notícias Diárias*, que publicam diariamente uma entrevista especial, entrevistaram José Carlos de Souza Braga, economista, professor na Unicamp, sobre o mesmo tema. A entrevista, de alto nível, propicia um debate fascinante que a revista *IHU On-Line* espera ter fôlego para continuar. A entrevista com José Carlos de Souza Braga está sendo publicada nas *Notícias Diárias*, hoje, e também nesta edição na editoria **Brasil em Foco**.

Brasil, uma potência energética

Brasil será a maior potência energética em 30 anos, afirmou Lula, em entrevista publicada nos jornais *Le Monde*, *El País* e *Clarín*, dia 25-5-06. Segundo Lula, “conseguimos a auto-suficiência no petróleo, e dentro de dois anos produziremos a maior parte do gás que consumimos. Somos, além disso, os mais competitivos na produção do etanol e do biodiesel”. Confira as *Notícias Diárias* do dia 26-5-06.

A afirmação de Lula, está respaldada no fato que a Petrobrás vai substituir, a partir de 2007, pelo menos 10% do diesel importado para suprir o mercado nacional com um tipo de óleo vegetal refinado de soja de menor valor. Batizado de H-Bio, o novo diesel será produzido inicialmente apenas nas refinarias da Petrobrás de Minas Gerais e Paraná (Regap e Repar), mas deverá também ser processado em outras três refinarias a partir de 2009. A idéia é utilizar nesta primeira fase do projeto 9,6% do óleo de soja refinado exportado pelo País, porcentual que deve aumentar gradativamente. Confira as *Notícias Diárias* do dia 25 de maio de 2006.

Voto nulo vale alguma coisa?

Prossegue na Internet a campanha pelo voto nulo nas eleições de outubro. A mobilização é baseada no Código Eleitoral Brasileiro. O código estabelece que novas eleições serão convocadas caso metade mais um dos eleitores votarem nulo. O TSE não se manifesta oficialmente sobre o assunto, mas a assessoria de imprensa da Corte afirma que o Tribunal segue o determinado pelo Código Eleitoral. Confira as *Notícias Diárias* do dia 27-5-06.

América Latina em tempo de reeleição

Mais de 250 mil pessoas reuniram-se no dia 25 de maio na Praça de Maio, no centro da capital argentina, para pedir ao presidente Néstor Kirchner que dispute um segundo mandato nas eleições de 2007. Desde o último governo de Juan Perón, há 32 anos, o local não recebia tanta gente. Confira as *Notícias Diárias* dos dias 25 e 26 de maio.

Por sua vez, o partido do presidente boliviano Evo Morales, o Movimento ao Socialismo - MAS -, está convencido de que o atual Governo necessita de um segundo mandato para dar continuidade às políticas e aos planos de reforma e para que todo o processo tenha êxito. Confira as *Notícias Diárias* do dia 26 de maio de 2006.

Também ontem, dia 28-5-06, o presidente da Colômbia concorria para ser reeleito. É a primeira vez que um presidente pode concorrer à reeleição.

Chávez e o Mercosul

Nesta semana a Venezuela aderiu ao Mercosul. Segundo Hugo Chávez, trata-se de um “novo Mercosul”. Confira as *Notícias Diárias* do dia 25 de maio de 2006 para maiores detalhes.

Ao mesmo tempo, ao convidar empresas brasileiras para integrarem a comitiva da viagem que fez nesta semana à Bolívia, Hugo Chávez irritou, mais uma vez, o governo brasileiro. Confira as *Notícias Diárias* do dia 24 de maio de 2006.

O Uruguai pode pagar um preço alto caso assine um tratado de livre comércio (TLC) com os Estados Unidos: a saída do Mercosul. A advertência foi feita pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à vice-chanceler uruguaia, Belela Herrera. Confira as *Notícias Diárias* do dia 24 de maio de 2006.

Livros

Por um "realismo cosmopolítico". O novo livro de Ulrich Beck

Traduzimos e reproduzimos um artigo de autoria de Jean Birnbaum, publicado no jornal *Le Monde*, na edição de 7 de abril de 2006. Ele comenta o livro de Ulrich Beck, intitulado *Quest-ce que Le Cosmopolitisme?*

Também nas *Notícias Diárias* da semana passada três livros foram comentados:

1.- O mito do progresso de Gilberto Dupas. O livro é da Editora Unesp, 2006. A resenha do livro foi publicada nas *Notícias Diárias* do dia 27 de maio de 2006.

2.- L'Europe cosmopolite de Ulrich Beck. O livro é da Aubier, de Paris, 2006. A edição da *IHU On-Line* da semana passada, publicou uma entrevista especial com Ulrich Beck. A resenha do livro foi publicada nas *Notícias Diárias* do dia 25 de maio de 2006.

3.- Terras da Terra de Stuart Pimm. O livro foi publicado pela Editora Planta de Londrina. «O homem come o planeta! Dois quintos já se foram!», constata o livro. A resenha do livro foi publicada nas *Notícias Diárias* do dia 25 de maio de 2006.

Frases da semana

Desacato ao Parlamento?

"O único cara que disse a verdade na CPI foi preso." - José Simão, humorista - *Folha de S. Paulo*, 27-5-06.

"O comentário do dia no Brasil é a prisão do advogado do PCC na CPI. Deputado: "O senhor aprendeu bem com a malandragem". E o advogado: "A gente aprende rápido aqui". PRESO! Desacato! Como assim? Passaram dois anos mentindo na CPI, e o único que disse a verdade foi preso? Que injustiça! Por que só ele estava indo preso? Aliás, ele merece ser preso mesmo: vai querer ser sincero justo na CPI? Sinceridade dá cadeia! - José Simão, humorista - *Folha de S. Paulo*, 27-5-06.

"Pode até xingar o juiz, mas fora de campo." - Marcus Figueiredo, cientista político, afirmando que foi correta o pedido de prisão do advogado Sérgio Wesley da Cunha que interpelado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá dizendo: "Você aprendeu bem com a malandragem, hein?" respondeu: "A gente aprende rápido aqui." - *Globo*, 27-5-06.

A Câmara está num momento tão delicado que não tem condições de fazer gestos pirotécnicos e ousados em nome de uma moral ofendida. O efeito (da prisão) foi o pior possível, porque um advogado inescrupuloso virou porta-voz de um sentimento da população." - Chico Alencar, deputado federal - PSOL-RJ - *Globo*, 27-5-06.

Dantas ameaça!

"Eu não afundo só. Se eu descer, levo o PFL, o PSDB e o PT juntos." - Daniel Dantas, o banqueiro do Opportunity - *Veja*, 31-5-06.

Deus no céu e Chávez na terra!

"É Deus no céu e Chávez na terra. Rodo há dois anos e não consigo fazer cirurgia. Estou cansada de ver o mundo com uma névoa e uma mosquinha voando dentro do olho." - Maria Nazaré Nunes da Costa, paraibana aposentada, que viajará a Caracas, para fazer uma cirurgia de cataratas, dentro do programa *Misión Milagro Internacional*, uma parceria entre Cuba e Venezuela - *Estado de S. Paulo*, 25-5-06.

Destaques On-Line

Essa editoria traz as referências das entrevistas exclusivas publicadas no sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) durante a última semana. As entrevistas podem ser conferidas na editoria *Notícias Diárias* do sítio, nas datas indicadas no final de cada texto.

Título: O Código da Vinci: um filme elementar, inofensivo e sem talento

Entrevistado: Miguel Serpa Pereira, professor de Comunicação na PUC-Rio .

Entrevista: "*O Código da Vinci* é um filme frágil, fraquíssimo, que não pega, que cansa, que é confuso na sua estrutura narrativa. Em alguns momentos, ele até beira ao ridículo". Essa é a opinião do professor Miguel Pereira, do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. A entrevista com o pesquisador pode ser lida na íntegra nas *Notícias Diárias*, no sítio do IHU de 23/05/2006.

Título: A agroecologia como alternativa aos transgênicos.

Entrevistado: Hugh Lacey, do Southmore College, EUA.

Entrevista: Esteve na Unisinos o professor Hugh Lacey, que ministrou um curso no PPG em Filosofia da Universidade. Lacey é professor emérito do Southmore College, próximo de Nova Iorque. Ele também veio ao Brasil para fazer o lançamento de mais um livro de sua autoria traduzido ao português. A obra, intitulada **A controvérsia sobre os transgênicos: questões científicas e éticas**, publicada pela Editora Idéias & Letras, de Aparecida (SP). A entrevista foi publicada nas *Notícias Diárias* do sítio do IHU do dia 24/05/2006.

Título: A contribuição de Lacey para a discussão sobre os transgênicos.

Autor: professor Ruy Braga, da USP .

Depoimento: A mesa de lançamento do livro **A controvérsia sobre os transgênicos: questões científicas e éticas**, de Hugh Lacey, na USP, na passada sexta-feira, dia 26 de maio, contou com a presença do professor Ruy Gomes Braga Neto , do Departamento de Sociologia da USP. *IHU On-Line* solicitou um depoimento sobre a obra, que foi publicado nas *Notícias Diárias*, do sítio do IHU de 24/05/2006.

Título: Os desafios da primeira índia brasileira doutora.

Entrevistada: Maria Pankararú, primeira índia doutora no Brasil.

Entrevista: *IHU On-Line* entrevistou a primeira índia brasileira a defender tese de doutorado. Maria das Dores de Oliveira é membro da comunidade indígena

Pankararú e é conhecida popularmente como Maria Pankararú. Na entrevista ela fala sobre as dificuldades que marcaram sua trajetória até essa conquista. Sua tese de doutorado em Lingüística tem o título **Ofayé, a língua do Povo do Mel. Fonologia e Gramática**. A tese foi defendida no programa de pós-graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas, no dia 19 de abril de 2006, dia do índio. Maria obteve da banca a nota dez, tendo sido aprovada com louvor. Confira a entrevista nas *Notícias Diárias* do sítio do IHU de 25/05/2006.

Título: Trabalho precário é predominante nos pequenos negócios

Entrevistado: Anselmo Luís dos Santos, pesquisador do Cesit.

Entrevista: “Trabalho precário é predominante nos pequenos negócios” foi tema de um projeto realizado pelo professor Anselmo Luís dos Santos, do Cesit, do Instituto de Economia da Unicamp. Ele concedeu a entrevista **IHU On-Line**, por telefone, trazendo dados da pesquisa que mostra a situação de precarização do mercado de trabalho no segmento das pequenas empresas, sejam elas formais ou informais. A entrevista foi publicada nas *Notícias Diárias*, do sítio do IHU no dia 26/05/2006.

IHU em revista

Eventos pg. 57

IHU Repórter pg. 66

Seminário Latino-Americano de Segurança Urbana vai até 1º de junho

Começou nesta segunda-feira, 29 de maio, e vai até 1º de junho, quinta-feira, o *Seminário Latino-americano de Segurança Urbana*. O evento inicia às 18h, seguindo nos outros dias no horário das 8h às 18h. Promovido pela Prefeitura de São Leopoldo, através da Secretaria Municipal de Segurança Pública, em parceria com o Governo Federal, o seminário será na antiga sede da Unisinos, que fica na rua Brasil, nº 725. A atividade tem como objetivo discutir as estratégias de prevenção à violência e uma cultura de paz, e vai reunir pesquisadores, autoridades públicas e empresários do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e México.

A proposta do evento é debater como os municípios podem participar da solução dos problemas de violência e criminalidade, a partir de experiências nacionais e latino-americanas. Na programação estão previstos os temas: Prevenção comunitária da violência; Atuação das guardas municipais; A responsabilidade social das organizações públicas e privadas; Consórcios intermunicipais de prevenção.

Está confirmada a presença do colombiano Jairo Augusto Amaya Libreros, que é professor da Universidade da Colômbia. Libreros tem experiência nos seguintes temas: Habilidade de negociação e manejo de crises; Segurança e inteligência estratégica; Gestão de projetos de segurança, convivência, cidadania e proteção de vítimas; Políticas Públicas de segurança. Também estará presente o secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Correa.

Ainda dentro desse período serão realizados dois eventos importantes. Nos dias 30 e 31 de maio, ocorre uma assembléia de dirigentes das guardas municipais do Rio Grande do Sul. Ao final da assembléia, haverá a apresentação da Carta de São Leopoldo, que terá as propostas das guardas municipais para melhorar a

segurança no estado. Já o *Colóquio Um olhar feminino sobre a violência* será um debate sobre a violência, a partir do ponto de vista das mulheres.

Seminário Mario Quintana: cotidiano e poesia

Com o objetivo de comemorar o centenário de nascimento do poeta gaúcho Mario Quintana acontece, de 29 a 31 de maio, o *Seminário Mario Quintana: cotidiano e poesia*. Em 29 de maio, as atividades vão das 19h45min às 22h15min; nos dias 30 e 31 o horário é das 14h às 22h15min.

Oficinas, debates, palestras e mesa-redonda constituem as atividades previstas para o *Seminário*. Confira os palestrantes convidados: Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Prof.^a MS. Gláucia Regina de Souza (UFRGS), Prof.^a Dr.^a Márcia Duarte (Unisinos), Prof.^a Dr.^a Maria Helena Campos de Bairros (Unisinos), Prof.^a MS. Vera Haas (Unisinos), Prof.^a Dr.^a Juracy Assmann Saraiva, Prof. Dr. Paulo Becker (UPF), Prof.^a Dr.^a Ana Maria Lisboa de Mello (UFRGS), Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Alves de Campos (UFRGS) e Prof.^a Dr.^a Rejane Pivetta de Oliveira (Uniritter).

As inscrições estão abertas e podem ser feitas na página do Instituto Humanitas Unisinos – IHU: www.unisinos.br/ihu. Nesse mesmo endereço eletrônico, você conhece a programação completa do evento.

Quintana e o retorno às coisas mesmas

Entrevista com Ana Maria Lisboa de Mello, Maria do Carmo Alves de Campos e Rejane Pivetta de Oliveira

Para falar sobre *A tradução poética do imaginário coletivo na obra de Mario Quintana*, as professoras doutoras Ana Maria Lisboa de Mello (UFRGS), Maria do Carmo Alves de Campos (UFRGS) e Rejane Pivetta de Oliveira (Uniritter), estarão no Auditório Central da Unisinos na noite de 31 de maio, das 19h45min

às 22h15min. Por e-mail elas concederam uma breve entrevista à *IHU On-Line* abordando aspectos de Quintana e sobre o tema que abordarão no *Seminário*.

Mello é graduada em Língua Portuguesa e licenciada em Francês. Coursou especialização em Literatura Infanto-juvenil, mestrado e doutorado em Lingüística e Letras, todos pela PUCRS. Sua tese chamou-se *O texto lírico: imagem, ritmo e revelação*. É pós-doutora pela Universidade de Grenoble III, e pela Sorbonne, ambas na França. Escreveu, entre outros, o livro *Poesia e imaginário*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

Campos é graduada em Letras e Literaturas de Língua Francesa pela UFRGS e especialista em Literatura Brasileira pela Organização Educacional Barão de Mauá (OEBM). Mestrou-se em Letras pela UFRGS, e doutorou-se em Literatura Brasileira pela USP, com a tese *A cidade e o paradoxo lírico na poesia de Carlos Drummond de Andrade*, publicada pela Editora da USP em 1990. É pós-doutora pela Universidade de Lisboa. De sua vasta produção intelectual, destacamos: *Brasilidade e lusofonia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001; *Matinas & bagatelas: poemas*. São Paulo: Ateliê, 2002; *O olhar do caminho: Santiago de Compostela* (poemas e fotos). Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

Oliveira é graduada em Letras pelas Unidades Integradas de Ensino Superior do Vale do Jacuí (UNIVALE), mestre e doutora em Lingüística e Letras pela PUCRS com a tese *À sombra do simulacro: mimesis na ficção pós-moderna*. É organizadora dos *Cadernos Acadêmicos UniRitter – Projeto de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2004.

IHU On-Line - Qual seria a tradução poética do imaginário coletivo na obra de Mario Quintana?

Rejane Pivetta de Oliveira - Se percorrermos os poemas de Quintana, vamos encontrar imagens que traduzem a condição humana no mundo, como, por exemplo, a presença da morte, o retorno à infância, o espanto diante do mistério das coisas simples. Essas imagens compõem um imaginário que dá conta de desejos e necessidades do sujeito no seu embate com as coisas e as circunstâncias da vida, conforme encontramos nos poemas do autor.

Maria do Carmo Alves de Campos - Quando um poeta escreve não deixa de fazer uma “tradução”. Os poemas, composições verbais podem ser também interpretados como traduções, já que as palavras do poema não reproduzem diretamente o que o poeta pensou, viu ou imaginou. Combinando olhar, pensamento, sensação, memória e imaginação, há um conjunto de mediações que fazem que os poemas sejam objetos novos e não apenas verbalizações das experiências anteriormente vivenciadas ou imaginadas. No entanto, a medida do individual é permeada pelo coletivo, que, de algum modo, sempre se faz

presente na “tradução poética” feita pelo autor.

IHU On-Line - Quais os principais aspectos do poeta que denotam sua importância nas letras gaúchas, brasileiras e mundiais?

Rejane Pivetta de Oliveira - A poesia de Quintana faz parte da tradição poética da modernidade, incorporando temas, formas e linguagem que se identificam a uma situação histórica e social ligada ao desenvolvimento urbano, ao avanço técnico e industrial, às formas de organização da vida e da experiência humana nesse cenário orientado para o futuro e o progresso. A relação do homem com essa circunstância vai ganhar uma forma própria de representação na poesia de Quintana, que tem a ver com o mergulho no “bulício cotidiano”, mas com uma certa nostalgia do passado, daí a recorrência tão freqüente, na obra do poeta, a cidadezinhas interioranas, com suas ruas tranqüilas, lampiões e burricos. A poesia de Quintana dá conta dessa situação ambígua da modernidade que oferece ao homem uma gama incrível de experiências, ao mesmo tempo que elas se tornam empobrecidas e esvaziadas de sentido, pela rapidez e superficialidade com que tudo é vivido. A resposta de Quintana a essa crise é o retorno às coisas mesmas, à simplicidade, à brincadeira e à ingenuidade do olhar infantil, em contraponto à nossa experiência reduzida do cotidiano. Quintana soube ser o poeta do seu tempo, mesmo que fora do alarde das vanguardas. Penso que não devemos ver a poesia do autor em um lugar à parte ou desconectada do movimento geral de renovação da poesia moderna.

Maria do Carmo Alves de Campos - A importância de Mario Quintana está na autonomia de sua obra, no contexto literário do seu tempo e nas peculiaridades que a caracterizam, tais como um lirismo de dicção

reconhecível, moldado pelo trânsito poético muito bem sucedido entre os extremos de uma melancolia reflexiva, do humor, do ludismo. Sem aderir a grupos ou vanguardas, o poeta lança-se a um rico temário, no qual despontam relances da vida cotidiana contemporânea, vivificados por seu olhar esperto e pela escolha de formas coloquiais. Com um conjunto de sonetos, canções, poemas de forma livre, epigramas e tantas outras composições, a obra surpreende o leitor por sua irreverente diversidade.

IHU On-Line - Quintana é um poeta popular? Por quê?

Rejane Pivetta de Oliveira - Quintana aproveita muitas formas da tradição popular, como quadrinhas, fábulas, provérbios. Ao mesmo tempo, utiliza-se de formas eruditas como o soneto e o verso decassílabo, com perfeito domínio, sem cair no purismo da forma. No geral, a poesia de Quintana tem um forte apelo à sensibilidade do leitor, não oferece muita resistência à sua compreensão, o que se deve em grande parte ao uso de imagens simples e ao ritmo fluente. Isso, porém, não retira a complexidade dos seus poemas, que à primeira vista parecem simples, mas não escondem o trabalho consciente da linguagem, que nada tem a ver com a criação espontânea. Em um dos epigramas do *Caderno H*, chamado justamente *Da difícil facilidade* temos uma síntese dessa idéia: “ É preciso escrever um poema várias vezes para que dê a impressão de que foi escrito pela primeira vez.”

Maria do Carmo Alves de Campos - Quintana é popular principalmente por trazer a “língua falada” para sua obra. É o que fizeram muitos poetas da língua portuguesa, desde os tempos das cantigas medievais até Tomás Antonio Gonzaga e depois Casimiro de Abreu. Ao lado das palavras coloquiais, aparecem também palavras mais eruditas, mais antigas e até palavras em outros idiomas.

Compete ao povo ou ao leitor saber “escutar” a memória da língua que os poemas conservam e apresentam. Compete aos poetas reavivar as palavras da língua. A face popular de Quintana está também na variedade de seus epigramas, formas proverbiais, conselhos, ensinamentos, outros sinais modernos da sua poesia.

***IHU On-Line* – Nas comemorações do centenário de Quintana, qual é a atualidade as novas gerações encontram nele?**

Rejane Pivetta de Oliveira - A mobilização em torno do centenário é uma prova da força da poesia de Quintana, que continua sendo lida e admirada, porque sua linguagem contém uma poderosa imaginação simbólica, capaz de ressignificação pelas novas gerações. A atualidade de Quintana está justamente em despertar

no leitor aquilo que é o mote de toda a sua poesia: a surpresa e o espanto de viver e saber-se humano.

Maria do Carmo Alves de Campos - As novas gerações estão acostumadas com muitos meios de comunicação e com outras formas de apresentação das artes, inclusive da música. Num contexto de muitas mediações, em que a palavra é reduzida via de regra a meio ou veículo, o jovem leitor certamente ganhará ao lançar-se à poesia de Mario Quintana, por meio da qual passará por descobertas interessantes, inclusive em relação ao autoconhecimento. A experiência de corpo a corpo com o texto poético leva a interrogar sobre os limites da nossa linguagem e do nosso universo: Quem não vê bem uma palavra não pode ver bem ver uma alma, já ensinava Fernando Pessoa.

A escola e o trabalho docente no cinema hollywoodiano e nacional

IHU Idéias

Entrevista com Eli Fabris

A escola e o trabalho docente no cinema hollywoodiano e no cinema nacional.

Esse é o tema do **IHU Idéias** de 1º de junho, conduzido pela Prof.^ª Dr.^ª Elí Teresinha Henn Fabris, docente na Unisinos. A atividade inicia às 17h30min, na Sala 1G119 do IHU, e tem entrada franca para toda a comunidade acadêmica. Em entrevista por e-mail à ***IHU On-Line***, a professora apresenta algumas das abordagens que serão desenvolvidas no evento.

Graduada em Pedagogia Administração Escolar e Orientação Educacional pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Fabris é especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Coursou mestrado e doutorado em Educação pela UFRGS. Sua dissertação intitula-se *Representações de espaço e tempo no olhar de Hollywood sobre a escola*, e sua

tese, *Em cartaz – o cinema brasileiro produzindo sentidos sobre escola e trabalho*. É uma das organizadoras da obra *Espaço educacional e autoria social*. Lajeado: Fates Editora, 1996. Leia a seguir a entrevista na íntegra.

IHU On-Line - Como a escola e o trabalho docente são enfocados pelo cinema hollywoodiano e pelo cinema nacional?

Eli Fabris - Na pesquisa³⁹ que desenvolvi com “filmes de escola”, produzidos pelo cinema hollywoodiano, observei poucos deslocamentos das tradicionais representações de escola e trabalho docente. Quando lembramos de filmes como *Meu mestre minha vida*, *Sociedade dos Poetas Mortos* vemos a escola como “templo do saber” sendo representada. O trabalho docente é desenvolvido por um *outsider*; isto é, professores que vêm de outras profissões, de fora da escola, não necessitam de formação específica. Cito como exemplos: *Um tira no jardim de infância*, o professor John Kimble é um policial; em *Ao mestre, com carinho*, o professor é um engenheiro que não consegue emprego e no fim decide abandonar a profissão e assumir o magistério. Nenhum dos filmes apresenta ou valoriza o processo de formação docente. Eles são representados como heróis solitários que sempre encontram uma solução eficiente e eficaz para as condições mais insólitas criadas pelos alunos dessas escolas.

Quando iniciei a pesquisa⁴⁰ com filmes produzidos no Brasil, não encontrei “filmes de escola”, isto é, filmes em que

³⁹ “*Representações de espaço e tempo no olhar de Hollywood sobre a escola*” Dissertação de Mestrado defendida em abril de 1999, na UFRGS. (Nota da entrevistada)

⁴⁰ *Em cartaz O cinema brasileiro produzindo sentidos sobre escola e trabalho docente* Tese de doutorado defendida em março de 2005, na UFRGS. (Nota da Entrevistada)

a escola é a temática central. Nesses filmes, o trabalho docente se mantém fiel à tradição escolar. Já as escolas, são representadas não apenas como templos do saber, mas com prédios simples e casebres à beira mar. Podemos traçar um rápido paralelo, afirmando que tanto a escola de Hollywood quanto a escola dos filmes brasileiros é uma escola tradicional, em que espaços e tempos convergem para espaços e tempos que mantêm os sujeitos em seriações, classificações e práticas de cópias e repetições, em que o gênero, a sexualidade, a classe social e demais marcadores sociais estão atrelados a uma concepção de cultura que privilegia e mantém a escola como uma instituição gestada na Modernidade. No entanto, a escola representada nos filmes brasileiros é uma escola em que é possível observar alguns deslocamentos em relação aos marcadores sociais. Nesses filmes, encontramos professoras que rompem padrões. Penso que por não serem “filmes de escola”, esses deslocamentos se apresentam de forma mais intensa, produzindo também alguns deslocamentos para a docência.

IHU On-Line - Como o cinema brasileiro produz sentidos sobre a escola e o trabalho docente?

Eli Fabris - Nesta análise, problematizei a forma como a cultura brasileira lida com a escola e o trabalho docente. Foi preciso entender o cinema brasileiro como uma produção cultural que tem uma história e uma representação que circula no social. Também procurei saber um pouco da linguagem cinematográfica para, com base na seleção das cenas, analisar como o uso de ângulos e planos diferenciados, a música, o gênero do filme, entre outras condições, contribuem para criar o sentido de escola e trabalho docente. Ao

entender a cultura brasileira como aquela que produz uma representação cultural de um harmonioso convívio entre negros e brancos e demais diferenças sociais precisei analisar essas produções brasileiras com base no conceito de hibridização cultural. Nesses filmes brasileiro, proliferam as diferenças, mas ficamos reféns de um modelo de escola e trabalho docente. há a proliferação de outros modos de ser mulher-professora, que ainda é punida, quando ousa romper padrões, principalmente de feminilidade e de sexualidade. Os processos hibridizadores ajudam-nos a minar as formas binárias de pensar a diferença, possibilitam que novas representações sejam produzidas. No entanto, esses mesmos processos contribuem para reiterar as representações hegemônicas de escola e trabalho docente.

IHU On-Line - Em regra geral, como os alunos e professores são representados nas produções nacionais? Essas representações diferem muito daquelas feitas por Hollywood?

Eli Fabris - A docência nos filmes nacionais é exercida majoritariamente por mulheres. Os filmes brasileiros reafirmam a feminização do magistério como constituidora da docência no Brasil. Essas professoras são mulheres fortes, mulheres que rompem padrões de feminilidade e de sexualidade. Muitas vezes, essas posições são punidas severamente, então o que as cenas produzem é um sentimento de que tudo deve permanecer como está. Podemos dizer que as professoras mulheres, nesses filmes, são posicionadas junto com as crianças. Elas são professoras de crianças e alguns jovens e adultos. Os filmes nacionais posicionam as professoras em uma profissão que a cultura legítima como “natural” para a mulher, ensinar crianças. Sim, as representações brasileiras de alunos e de professores diferem das representações hollywoodianas. O

professor herói solitário é a representação mais recorrente no cinema hollywoodiano, e os alunos são, na sua maioria, jovens pertencentes à gangues e violentos.

IHU On-Line - De que forma essas produções cinematográficas ajudam a solidificar representações de alunos e de seus professores?

Eli Fabris - As produções cinematográficas são criadas com base nos sentidos que circulam na sociedade. Entretanto, essas produções também produzem sentidos. Elas ensinam coisas, elas fazem circular determinadas pedagogias, que temos chamado de pedagogias culturais. Os filmes hollywoodianos têm muita circulação social, eles são veiculados na televisão, são escolhidos como material didático nas escolas, esses filmes produzem muitos sentidos. Ensinam-nos a ser mulheres, homens, meninos e meninas de um determinado tempo. Para os pesquisadores que analisam artefatos da cultura e sua relação com a educação esse tem sido um grande desafio, pensar como nossas crianças, jovens e adultos do século XXI são produzidos, constituídos por essas produções. Não se trata de tomar esses artefatos como objetos malignos, demonizar os filmes e a televisão, mas de olhar para essas produções com olhar mais crítico, de analisar os efeitos que produzem e colocar em ação outras formas de viver em sociedade. Os filmes ajudam a colocar em circulação outras representações de professores e alunos. Não podemos determinar a intensidade, mas, com certeza, é mais um lugar em que esses significados são produzidos e que ajuda a solidificar, a cristalizar, essas representações. O processo de significação cultural é complexo, não podemos considerar apenas o filme sem a participação ativa de quem o assiste e tem uma história singular de inclusões e exclusões na cultura. O que desejo ressaltar é que os filmes sozinhos não produzem sentidos, mas, ao manterem

certas representações ou ao deslocá-las, eles ajudam a cristalizar ou produzir outros sentidos e possibilidades para a vida de professores e alunos como sujeitos culturais.

IHU On-Line - Como as representações de poder perpassam as produções cinematográficas nacionais e internacionais sobre a escola e o trabalho docente?

Eli Fabris - Todas as representações são permeadas por relações de poder, tanto nos filmes nacionais quanto nos filmes hollywoodianos. Essas relações estão presentes, produzindo sentidos distintos e hierarquizados sobre escola e trabalho docente. De um conjunto de dezessete filmes brasileiros analisados, não encontrei nenhuma professora negra. As professoras são todas brancas, algumas delas são morenas, como é o caso de Tânia Alves, a atriz que interpreta a professora Anayde Beiriz de *Parahyba Mulher Macho*. Quando pensamos que somos o segundo país com a maior população negra do mundo⁴¹, esse fato desafia-nos e mostra-nos como esse artefato seleciona quem pode ser professora. Como pensar uma nação, com essas características, em que suas professoras continuam sendo narradas como brancas?

Se a hibridização, em que nos constituímos na cultura brasileira, dá ao cinema brasileiro determinadas características, deslocando e mantendo representações da escola e trabalho docente, percebi o quanto temos que ficar atentas para essas análises, pois não basta louvamos os deslocamentos, uma vez que, mesmo neles, as representações produzidas como processos de tradução não ficam fora de intensas disputas de poder. E, se essa porção de cultura narrada como mais

inclinada aos processos de hibridização coloca em funcionamento um campo de significação como a feminização do magistério, é porque a mulher, nos filmes, ocupa um espaço privilegiado. Olhando de forma analítica para tal feminização, foi possível mostrar o quanto os marcadores sociais produziram, nesse campo de significação, uma representação de professora de forma conectada ao que se diz da mulher brasileira, com todas as suas aproximações e seus distanciamentos das representações hegemônicas da docência. Foi possível também perceber o quanto a escola brasileira desses filmes se mantém atrelada à tradição moderna de educação em muitos aspectos. Há uma convergência para o uso de objetos e práticas que se conectam à escola da modernidade com seus tempos e espaços disciplinares, independentemente da narrativa hibridizadora da cultura brasileira.

Filmes brasileiros analisados:

1. *O Cangaceiro*. Diretor: Lima Barreto. 1953.
2. *Adorável Trapalhão*. Diretor: J. B. Tanko. 1966.
3. *Meu Pé de Laranja Lima*. Diretor: Aurélio Teixeira. 1970.
4. *São Bernardo*. Diretor: Leon Hirszman. 1971.
5. *Lição de Amor*. Diretor: Eduardo Escorel. 1976.
6. *Parahyba Mulher Macho*. Diretora: Tizuka Yamasaki. 1983.
7. *Os Trapalhões e o Mágico de Oróz*. Diretores: Dedé Santana e Victor Lustosa. 1984.
8. *Os Trapalhões no Reino da Fantasia*. Diretor: Dedé Santana. 1985.
9. *Anjos do Arrabalde*. Diretor: Carlos Reichenbach. 1986.
10. *Uma Escola Atrapalhada*. Diretor: Antônio Rangel. 1990.
11. *Menino Maluquinho. O Filme*. Diretor: Helvécio Ratton. 1995.
12. *O Noviço Rebelde*. Diretora: Tizuka Yamasaki. 1997.
13. *Central do Brasil*. Diretor: Walter Salles. 1998.
14. *Menino Maluquinho 2. A Aventura*. Diretores: Fabrizia Pinto e Fernando Meirelles. 1998.
15. *O Trapalhão e a Luz Azul*. Diretores: Paulo Aragão e Alexandre Bory. 1999.
16. *Xuxa Requebra*. Diretora: Tizuka Yamasaki. 1999.
17. *Cidade de Deus*. Diretor: Fernando Meirelles. 2002.

⁴¹ Essa posição apresenta controvérsias. Algumas fontes indicam outros parâmetros, principalmente se entrarem na estatística os dados de mestiços; mas, mesmo desconsiderando esses dados, o número de negros é grande em nosso país (RODRIGUES, 2001, p. 22). (Nota da entrevistada)

Filmes hollywoodianos analisados:

1. Ao mestre, com carinho (*To Sir, With Love*). Diretor: James Clavell. 1967.
2. Conrack. (*Conrack*). Diretor: Martin Ritt. 1974.
3. A história de Marva Collins (*The Marva Collins Story*). Diretor: Peter Lewin. 1975.
4. Escola da desordem (*Teachers*). Diretor: Arthur Hiller. 1984.
5. Momentos decisivos (*Best Shot*). Diretor: David Anspaugh. 1986.
6. Curso de férias (*Summer School*). Diretor: Carl Reiner. 1987.
7. Sociedade dos poetas mortos (*Dead Poets Society*). Diretor: Peter Weir. 1989.
8. Meu mestre, minha vida (*Lean On Me*). Diretor: John G. Avildsen. 1989.
9. Um tira no jardim de infância (*Kindergarten Cop*). Diretor: Ivan Reitman. 1990.
10. Mentes que brilham (*Little Man Tate*). Diretora: Jodie Foster. 1992.
11. Sarafina, o som da liberdade (*Sarafina*). Diretor: Darrell James Roodt. 1993.
12. Mentes perigosas (*Dangerous Minds*). Diretor: John N. Smith. 1995.
13. Ao mestre, com carinho, Parte 2 (*To Sir, With Love II*). Diretor: Peter Bogdanovich. 1996.
14. Mr. Holland, adorável professor (*Mr. Holland's Opus*). Diretor: Stephen Herek. 1996.
15. O substituto (*The Substitute*). Diretor: Robert Mandel. 1996.
16. O substituto 2 (*The Substitute 2: School's Out*). Diretor: Steven Perl. 1998.

Mauá, o imperador e o rei **História do Brasil e Cinema**

Dando prosseguimento à programação do evento **História do Brasil e Cinema**, a Prof.^a Dr.^a Miriam de Souza Rossini (UFRGS) comenta neste sábado, 3 de junho, o filme *Mauá, o imperador e o rei*, dirigido por Sérgio Resende. Produzido em 1999, o filme tem como elenco Paulo Betti, Malu Mader, Othon Bastos, Antonio Pitanga e Rodrigo Penna. A exibição inicia às 8h30min, seguida de debate com o público, até as 12h30min, na Sala 1G119 do IHU.

Graduada em História e Jornalismo, Miriam é mestre em Artes Cinema pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entre outras coisas, escreveu o livro ***Teixeirinha e o cinema gaúcho***. Porto Alegre: Fumproarte/Autor, 1996. Das inúmeras participações que teve nas atividades ligadas ao IHU, destacamos a mais recente delas, quando concedeu entrevista por e-mail à ***IHU On-Line*** de 6 de março de 2006, edição 170, falando sobre *Linguagem fílmica e imagens de*

Jesus no cinema. A análise ocorreu no evento **Jesus no Cinema**, em 9 de março. Confira no sítio do IHU, www.unisinos.br/ihu, editoria *Publicações*, a entrevista de Miriam Rossini, dada à edição 170.

Sexualidade: maravilha, descaminho ou enigma? Encontros de Ética

O professor e pesquisador do Centro de Ciências da Saúde da Unisinos, Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, é o palestrante do **Encontros de Ética** de 5 de junho. Sob o título *Sexualidade: maravilha, descaminho ou enigma?*, a atividade pode ser conferida por toda a comunidade acadêmica, com entrada franca, a partir das 17h30min, na Sala 1G119 do IHU.

IHU Repórter

Lucas Henrique da Luz



Dialogar é um lazer para o administrador de empresas com habilitação em recursos humanos e mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Lucas Henrique da Luz.

Com pressa de vir ao mundo, nasceu prematuro com sete meses, como presente de Natal. Lucas veio para dialogar e tentar construir diferentemente a sociedade contemporânea. Ele não se conforma com o padrão de relações de trabalho que a sociedade possui.

Sua vontade de mudança se expressa nas suas idéias, sua trajetória no cooperativismo, no trabalho que realiza no Projeto de Tecnologias Sociais da Unisinos, na sua meta de se tornar professor.

Lucas conversou com **IHU *On-Line*** sobre suas experiências de vida.

Raízes – Eu nasci em Bento Gonçalves, mas só por uma questão de hospital, pois meus pais, o técnico em Raio X, Luiz Carlos Silveira da Luz, e a professora primária, Lurdes Dotta, são de Carlos Barbosa e como nasci prematuro (sete meses) o hospital em Bento tinha mais recursos. Quando saí da incubadora fui para Carlos Barbosa então eu me considero natural de lá. Atualmente moro em São Leopoldo de segunda a sexta, porque, no final de semana, volto para as minhas raízes, ver minha família e minha namorada, a professora de Educação Infantil, Cimara Groth.

Presente de Natal – Nasci no dia 25 de dezembro de 1979. Tive a graça de nascer nesta época, ou azar, porque dizem que a gente ganha só um presente! Mas é sorte mesmo nascer neste dia, um dia iluminado.

Estudos – Fiz todo o meu primeiro grau numa escola estadual do interior do município de Carlos Barbosa. O ensino médio fiz em um colégio interno em Bento Gonçalves – Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek onde fiz o Técnico em Agropecuária e foi uma grande experiência. Eu sempre digo que entrei no colégio tendo apenas um irmão mais velho, o Luís Aurélio da Luz e saí, e quando saí de lá possuía aproximadamente 300 irmãos. Imagina conviver durante três anos com todos esses adolescentes! Fui para esse colégio com 14 anos. Saindo de lá, resolvi fazer Administração com Habilitação em Recursos Humanos, mas na verdade, eu não tinha muita idéia do que isso significava. No colégio em Bento, eu descobri o cooperativismo. Lá havia uma cooperativa-escola da qual fui o presidente. Queria fazer um curso que fosse próximo à gestão de cooperativas e como, na época, graduação em cooperativismo existia somente em Minas Gerais, um professor sugeriu que eu fizesse Administração com Habilitação em Recursos Humanos que, segundo ele, era o mais próximo do que eu almejava. Então eu vim para a Unisinos, pois só havia aqui o curso. Isso foi em 1997. Eu vinha e voltava de Carlos Barbosa todos os dias durante o período de estudos.

Trabalho – No momento que eu saí da escola de Bento, comecei a trabalhar. Trabalhei no Sicredi como estagiário e fui percorrendo todos os cargos que existem dentro de uma unidade de atendimento, trabalhei como caixa, atendimento ao cliente, gerente interno, abertura de contas. Saí do Sicredi e fui trabalhar em uma cooperativa, a Certel, que atua com eletrificação rural e comercialização de eletrodomésticos. Em seguida, assumi uma loja da Certel em Carlos Barbosa e mais tarde assumi um cargo na Prefeitura da cidade, onde trabalhei no setor de licitações e contratos. Continuei fazendo minha graduação na Unisinos, em São Leopoldo. Assim que terminei o curso, em 2001, saí de Carlos Barbosa e fui para Erechim para trabalhar numa cooperativa de trabalho. Meu trabalho de conclusão da graduação foi sobre as relações de trabalho no cooperativismo. Saí da Prefeitura para atuar na área em que eu havia pesquisado e também para poder fazer o Mestrado, porque a Prefeitura não me liberava para estudar. Como eu já tinha feito a seleção para cursar o mestrado em Ciências Sociais Aplicadas aqui na Unisinos, eu precisava desse tempo, e lá em Erechim eles me liberavam duas vezes por semana para estudar.

Na estrada - Então eu morava em Erechim, e meus pais, em Carlos Barbosa. Meu trabalho exigia que viajasse, porque a cooperativa tinha atuação em diferentes estados da região sul e duas vezes por semana tinha que estar em São Leopoldo para estudar. Durante 9 meses fiz esta movimentação. Estava ficando difícil, então assumi o cargo de secretário de Planejamento Urbano e Fomento Econômico na Prefeitura de Carlos Barbosa, na condição de que eu pudesse estudar. Fiquei lá de outubro de 2003 a dezembro de 2004 e, em 2005, já tendo defendido o Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, na Unisinos, novamente sobre as relações de trabalho no cooperativismo, vim fazer uma seleção na Unisinos para atuar no projeto de Tecnologias Sociais, projeto que acompanha grupos de geração de trabalho e renda numa perspectiva coletiva, de economia solidária.

Cooperativismo – Eu gosto do cooperativismo e da economia solidária, mas o meu pano de fundo, meu foco são as relações de trabalho, porque eu não me conformo com

o padrão de relações de trabalho que a sociedade construiu. As relações de trabalho foram muito mercantilizadas e extremamente reduzidas. Meus estudos sempre foram no sentido de verificar se as cooperativas de trabalho eram um espaço de relações diferenciadas ou não. Obviamente, encontrei cooperativas de todos os tipos.

Tecnologias Sociais – Hoje trabalho no Tecnologias Sociais com empreendimentos solidários e cooperativas numa perspectiva de geração de trabalho e renda e de inclusão social. O que me move todos os dias, porém, é mais do que isso. Eu acredito na economia solidária e na questão do trabalho como um espaço de empoderamento social. É diferente trabalhar cumprir horário, funções que determinaram e no final do dia encerrar isso e esperar que a semana acabe para descansar, de entender o que faz, discutir, ver se contribuiu socialmente ou não, se este trabalho tem uma sustentabilidade dentro das condições atuais do mundo. Isto me move: fazer os grupos desenvolverem esses questionamentos e suas autonomias. Esse poder social vem no sentido dos trabalhadores terem autonomia e condições de participar de discussões e de se sentirem protagonistas do processo.

Tempo livre – Nas minhas horas de lazer, eu gosto muito de conversar! Eu falo demais, gosto de estar com a minha família e amigos e sempre conversando sobre diferentes assuntos. Eu sou curioso por natureza então o assunto que vier pra mim está bom. Gosto de cozinhar, apesar de não ser bom cozinheiro. Ainda estou aprendendo. Essa questão é muito recente veio da minha namorada, com ela aprendi como é bom cozinhar. E tem uma outra coisa que gosto muito, que é jogar videogame, desde pequeno. Sempre consegui administrar bem isso, videogame e estudos. Eu digo que é meu único vício! Ah! sempre gostei de futebol também, sou gremista e geralmente acompanho os jogos.

Um dia perfeito – É um dia com a família, com a namorada conversando. Em função do ritmo da sociedade de hoje, infelizmente temos poucos dias perfeitos. Eu pesquiso e trabalho, também para mudar isso.

Filme – *A corrente do bem*, de Mimi Leder, tem várias mensagens muito bacanas, importante para a academia refletir.

Livro – *A condição humana*, de Hannah Arendt. A distinção que ela faz da questão do trabalho e do labor é muito interessante para conseguir pensar um pouco a direção do trabalho na nossa sociedade. É um livro denso, difícil, mas acho que vale a pena ser lido.

Música – Sou apaixonado por Raul Seixas. Tem uma música dele que lá pelas tantas ele pára e diz a seguinte frase que me marca sempre: “Antes de ler o livro que guru lhe deu, você tem que escrever o seu”.

Meta – Quero muito dar aula. Eu considero que dar aula é estar dialogando, são trocas de idéias muito ricas. Eu acho que é o mais perto que posso chegar na contribuição de uma mudança positiva na estrutura social que está aí, é dialogando com alunos e grupos. E meu sonho de vida é minha família, e mais tarde meus filhos, terem motivos para se orgulharem de mim, seja como cidadão, seja como profissional, seja como pessoa.

Unisinos – Pra mim a Unisinos significa muito. Talvez quando estamos aqui não nos damos conta do significado, mas quando nos distanciamos percebemos a

grandiosidade. A Unisinos me marcou não só por eu ter realizado nela a minha formação, mas também por eu ter descoberto o que queria para a minha vida nela. Além disso, continua me marcando pela minha atuação aqui, hoje. A Unisinos, até pela região em que está situada, que atualmente enfrenta muitas dificuldades, tem um papel extremamente importante. Sua estrutura é excelente. Hoje ela passa por uma situação delicada, mas eu acredito que ela é umas das pioneiras a passar por isso. Talvez muitas universidades vão acabar passando por isso também. Até nisso a Unisinos é pioneira e acho que, após passar esta turbulência, vamos encontrar novos caminhos. Talvez, mesmo com dores de percurso, poderá nos fazer bem, vai dar um outro horizonte.

Instituto Humanistas Unisinos – Para mim, o IHU tem um significado muito grande. O Instituto tem um papel que vai além da Universidade. Ele é um espaço de reflexão, de ousadia, o Instituto se arrisca a apontar caminhos, imagina, aborda temas que não são comuns na sociedade atual, de grande significado, saindo da zona de conforto e faz isso de uma forma diferenciada. A idéia é tentar fazer esse diálogo com pessoas de diferentes pensamentos. Tentando resumir, o IHU é um espaço de reflexão extremamente positivo, ousado, e que não busca a construção de uma única verdade, mas sim entender o cotidiano por meio da criação de uma ética dialógica.